

# TRANSCRIÇÃO

## Audiência Pública PMGIRS Piracicaba 2019

02/12/2019

## PARTICIPANTES

Evandro Evangelista

Celise de Oliveira Romanini

Bruno Delaroli

Mariana Caroline Correia Celso

Lídia Maria Martins

Marcelo Corrêa Maistro

Luana Michele

Paulo César Mendes

Jeane Marques dos Santos

Lucélia Rodrigues Lemes

José Carlos que Torina

José Carlos que Quitolina

Ana Maria Meira Dilelo

José Otávio Machado Mentem

Sérgio Bissoli

## TEMPO DE GRAVAÇÃO

2 horas, 34 minutos e 16 segundos

# MODALIDADE DA TRANSCRIÇÃO

Ipsis Litteris

## LEGENDA

... > Pausa

( ) > Dúvida sobre a palavra

(inint) > Palavra ou texto ininteligível

# INÍCIO

[00:00:00]

Evandro Evangelista: Senhoras e senhores, em um minuto iniciaremos a nossa Audiência Pública....Senhoras e senhores autoridades, convidados, Boa noite. Sejam bem-vindos a esta Audiência Pública. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, PMGIRS, é exigido pela lei federal 12305 de 2010 sendo obrigatório que todos os municípios organizem legalmente seus planos de resíduos conforme determinado nesta lei. O município de Piracicaba trabalhou a constituição do PMGIRS de forma participativa e voluntária sem ônus para os cofres públicos através de representantes do poder público, da sociedade civil organizada, de setores comerciais e industriais e de representantes de universidades. A comissão acompanha a execução das diretrizes propostas no plano conforme ocorrido no PMGIRS 2014 e se adequa às novas legislações e inovações tecnológicas, prevendo novas diretrizes para a atualização do plano de resíduos que deve ocorrer de quatro em quatro anos, portanto de 2015 até o presente momento foram realizadas 36 reuniões ordinárias e mais aproximadamente 30 reuniões de trabalhos por ano, que gerou os resultados do PMGIRS 2014 e as novas diretrizes, metas e ações para o plano que está proposto nesta audiência. Ressaltamos que todo esse trabalho está registrado e disponível no site [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br) através de 4 relatórios anuais e de 4 planilhas de indicadores de resíduos, demonstrando a seriedade e transparência dos trabalhos realizados pela comissão de resíduos e equipe técnica que atua com prestação de serviços. Esta audiência está sendo promovida pela comissão de revisão do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos nomeada pelo decreto municipal 17998 de 2019 sendo responsável pela organização, a secretaria municipal de defesa do meio ambiente, por meio de seus secretário e

servidores. Vamos agora apresentar os membros presentes da comissão de revisão do PMGIRS Piracicaba e peço que os mesmos, assim que chamados, se levantem, permaneçam em pé nos seus assentos para que a população aqui presente possa identificá-los. Da Secretaria Municipal de Defesa do meio ambiente: Celise de Oliveira Romanini, Bruno delaroli, permaneçam em pé por gentileza. Do Instituto de Pesquisa e planejamento de Piracicaba, IPPLAP: a Mariana Caroline Correia Celso e a Lídia Maria Martins, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba Unicamp: o Marcelo Corrêa maistro e Luana Michele, da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo Fatec: Paulo César Mendes, da cooperativa reciclador solidário: Jeane Marques dos Santos, Lucélia Rodrigues Lemes, da fundação Municipal de Ensino de Piracicaba fumep: José Carlos Quitolina, da prefeitura do campus da Esalq: Ana Maria Meira Dilelo, da associação comercial e industrial de Piracicaba ACIPI: Moacir José Lordelo Beltrame, e a especialista no assunto Adriana Maria Nolasco senhoras e senhores salva de palmas a esses membros que contribuíram de maneira significativa para a composição desse plano. Pode tomar assento por gentileza. Esta Audiência Pública tem por finalidade apresentar o trabalho realizado pela comissão de revisão do plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, assim como esclarecer questionamentos e analisar as sugestões apresentadas. A audiência está sendo gravada e deverá ser transcrita na íntegra, sendo importante seguir os procedimentos para melhor resultado da Audiência Pública, como por exemplo identificar-se com nome e local de moradia ou representatividade, quando referir-se alguma dúvida contribuição ou questionamento. Os formulários para os questionamentos e para as contribuições estão disponíveis na mesa de presença, lista de presença e pelo site [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br), está disponibilizado formulário para participação até a data de 2 do 3, através do endereço eletrônico [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br), tanto para questionamentos

quanto para contribuições, devendo a comissão responder até a data de 2 de 4 de 2020. A audiência está Sendo Gravada Por meios eletrônicos, assegurando-se aos interessados neste caso o direito a obtenção de uma cópia do que foi gravado, mediante pagamento do custo de reprodução correspondente. Ao final dos trabalhos a ata será transcrita e estará disponível no site [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br), em até 60 dias após a data da audiência. Regras para funcionamento da audiência: um, ressaltamos que esta audiência está sendo gravada, como dissemos, portanto, solicitamos a contribuição de todos os participantes que se identifiquem com nome e demais informações pertinentes, todos deverão se dirigir a tribuna que vai ser posicionada aqui ao nosso lado para identificação das filmagens. Serão priorizadas as contribuições e questionamentos orais para respostas da mesa durante Audiência Pública e no tempo disponível, ou posteriormente, através do site serão respondidos os questionamentos escritos, demais sugestões e contribuições. Três: para os questionamentos orais solicitamos que os participantes venham até o microfone, como acabei de deizer e façam a contribuição para o PMGIRS aos membros da comissão aqui representados. Ressaltamos que o tempo máximo para questionamento oral deve ser de até dois minutos, que será cronometrado. Caso os questionamentos sejam realizados por escritos esses deverão ser entregues para equipe de apoio que estarão nos corredores do auditório, seguindo para leitura e respostas pelos organizadores do evento e componentes da mesa de apoio. Neste caso os formulários estarão disponíveis no local da audiência e também pelo site [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br). Lembramos mais uma vez que toda Audiência Pública é regida por normas para contribuições ou esclarecimentos e deveremos evitar ao máximo o debate. Se assim ocorrer, as palavras serão cassadas. Os membros da comissão PMGIRS entendem que não há possibilidade de debate, devido a construção desse plano ser

participativa e com várias representações e estará aberto a sugestões. Concluídas as exposições será encerrada a Audiência Pública. Ao final dos trabalhos a ata será transcrita e estará disponível no site [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br). Iniciando os trabalhos nós temos a satisfação de convidar para compor a primeira mesa, mesa de abertura dos trabalhos o secretário municipal de Defesa do meio ambiente de Piracicaba, José Otávio Machado Menten neste ato representando o prefeito Barjas Negri. O Procurador Geral do município Dr Sérgio Bissoli, e representando a comissão de revisão do plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Celise de Oliveira Romanini. Queiram toma acento, por gentileza. Em nome do senhor Luiz Fernando Machado, que neste ato representa o CONDEMA, agradecemos a presença de cada um de vocês nesta Audiência Pública. Com a palavra primeiramente para uma saudação de até quatro minutos, a Celise de Oliveira Romanini.

[12:24:05]

[12:25:00]

Celise de Oliveira Romanini: boa noite a todos, obrigado, ,né,, de aplaudir, primeiro quero agradecer a presença de todos que vieram, também o pessoal aqui da mesa que tá participando aqui do evento com a gente e eu quero ressaltar que é uma honra para mim estar representando a comissão de resíduos que eu participo de algumas reuniões entre os municípios, que são reuniões regionais e eu percebo que o diferencial aqui de Piracicaba é que a nossa comissão PMGIRS é feita por membros, o nosso plano de resíduos, são feitos por pessoas que Residem no município e são pessoas que representam a população, representam as Universidades, instituições de ensino, representam a indústria, representa o setor comercial, representam também o poder público, ,né,, então é um conjunto de pessoas voltados que atuam na questão de resíduos e ao mesmo tempo estão planejando como

vai funcionar um plano de resíduos municipal. Então esse é um diferencial do município de Piracicaba. Não é todos os municípios que os planos são feitos dessa forma. Normalmente alguns municípios contratam, ,né,, para consultorias, contratam especialista, que às vezes nem residem no município não sabem como que isso, deve tá sentindo isso no dia a dia, ,né,, na construção de um plano. Então eu acho que isso é muito positivo. Também quero falar que os membros ,né, como, já foi falado aqui, eles são voluntários, e são muito assim prestativos, ativos, participam de encontros técnicos e palestra, fóruns, estão sempre preocupados com o que tá mudando, as legislações novas, tudo que vem mudando, ,né,, tá sempre atualizado. Isso é muito bom para quando a gente tá construindo um plano de resíduos. Também quero falar que a gente tem um instrumento na comissão que é de votação, quando são propostas, ,né,, propostas ações que nem todos concordam, só que a gente nunca precisou usar da votação, a gente sempre trabalhou com o consenso, que eu acho que isso é muito válido, mesmo uma pessoa ou outra não estando de acordo, ela entende aquilo, ouve aquilo e vê que é o melhor para a população. Então o consenso a gente tem trabalhado muito mais do que uma votação. Outra coisa muito importante, que a gente percebe que quando procura isso nos demais municípios a gente não encontra, é a questão da transparência, nós temos aí faz 4 anos, divulgados no site, ,né,, tudo relatório de trabalho da comissão de resíduos e todos os indicadores de resíduos, então a gente pode mostrar o que tá melhorando o que não está melhorando. Isso serve também para acompanhar o gerenciamento de resíduos pelo poder público. Por que a gente percebe o que deu certo e o que não deu certo vamos melhorar, qual o caminho que nós vamos agir daqui para frente, então também é uma base para que para que o poder público se posicione nos seus trabalhos, ,né,. O que é muito bom é acreditar que a disponibilidade do nosso tempo contribui para formar políticas públicas, ,né,, porque a gente acredita, por



isso é que nós estamos ali, por isso que a gente dispõe do nosso tempo, então a participação de todo mundo, inclusive hoje, na Audiência Pública, que nós estamos fazendo, não é porque o plano tá encerrado, é mais uma abertura que nós fazemos aqui para participação, ,né,, então não está encerrado. Isso que nós estamos mostrando hoje é um trabalho realizado pela comissão de resíduos, mas está aberto para que vocês que estão aqui e outras pessoas que não estão, estão na casa, mas acessaram lá o site, possam contribuir ou apresentando questionamentos, sugestões e aí a comissão vai analisar isso, ,né,, e vai dar o retorno para vocês. Então é mais uma forma de participação. Eu tenho que agradecer aqui, não só a comissão PMGIRS, porque a gente não faz, mesmo tendo tanta representatividade, ainda muitas vezes é insuficiente para que a gente possa realizar nossos trabalhos.

[16:48:25]

[16:48:26]

Evandro Evangelista: Concluindo, por gentileza.

[16:48:30]

[16:48:32]

Celise de Oliveira Romanini: A gente também chama pessoas que não fazem parte da comissão, mas que disponibilizam seu tempo para tá tirando, mostrando para nós como que é o dia deles com aquela questão de resíduos e com isso a gente vai crescer mais e formando as nossas diretrizes, nossos planos de ações e por último, ,né,, finalizando aqui, eu quero agradecer todo mundo que participou de forma formal ou informalmente, com construção de mapas, estando aqui hoje no dia a dia, também cedendo espaço, levando a gente para lá e para cá e cedendo o seu tempo para que a gente construísse o que nós vamos apresentar aqui hoje

para vocês, então e também a confiança ,né, depositada aqui pelo pelo governo, pela secretaria de defesa do meio ambiente, pela secretaria de governo, ,né,, que depositou a confiança nessa comissão para apresentar o plano de resíduos nosso agradecimento. Muito obrigada.

[17:41:13]

[17:45:13]

Evandro Evangelista: Com com a palavra o Procurador Geral do município, Dr Sérgio bissoli.

[17:49:25]

[17:51:13]

Sérgio Bissoli: Boa noite a todos. Agradecer aqui o convite feito pela SEDEMA, em nome do Secretário mentem, também dar boas-vindas a vocês, agradecer também o convite feito pela Celise e, em nome dela, complementar toda a comissão e lamentar a ausência aqui de entidades representativas. Falta de convite eu sei que não foi. É uma grande ausência. Um um plano de resíduos tão importante sendo discutido aqui numa Audiência Pública, onde a maioria só sabe fazer críticas e não..., na hora de trazer sugestões a gente nota a ausência maciça. Mas eu penso que já houve participação também, questão de mais de 36 reuniões realizadas, isso aí também é um marco importante. E somente dizer que o plano, nessa revisão, aquilo que se busca em sustentabilidade, em um planeta, ,né,, mais limpo e tudo mais, a gente tem procurado implementar desde a edição da Lei. Muitas questões já foram suplantadas, mas muita coisa ainda, ,né,, com a vinda das novas tecnologias, tem que ser implementadas. Mas é isso. Parabenizar a comissão pelo excelente trabalho voluntário. Isso aí tem que enaltecer mais ainda e dizer que estamos aqui também para, se tiver alguma pergunta, algum questionamento, pode nos fazer. Muito obrigado.

[19:52:19]

[19:57:04]

Evandro Evangelista: e representando o prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, com a palavra o secretário municipal de Defesa do meio ambiente, José Otávio Machado Menten.

[20:06:02]

[20:07:15]

José Otávio Machado Menten: boa noite a todos. É uma grande satisfação poder estar aqui. O prefeito Barjas, por uma série de compromissos surgidos ele não pode estar presente, mas nos solicitou que fizesse um cumprimento especial aos presentes, cumprimento muito especial a todos os membros dessa comissão de resíduos de Piracicaba, pelos trabalhos desenvolvidos durante todo esse período que antecede essa audiência. Gostaria aqui de cumprimentar todos os componentes da mesa, um cumprimento muito especial ao dr. Bissoli, que entre tantas atribuições, tantos compromissos que ele tem, ele tá mais uma vez aqui junto com a gente e demonstrando a importância que esse assunto tem para a prefeitura de Piracicaba. Queria também aqui cumprimentar de uma maneira muito especial ao Evandro, que também se dispõe, hoje ele é secretário de administração da prefeitura, e demonstrando um espírito de colaboração muito grande também se dispõe aí e, apesar de todas as suas atribuições ele tá aqui com a gente. Evandro, muito obrigado pela sua contribuição, e com a sua experiência ele vai nos ajudar muito a levar a bom termo essa audiência, e cumprimentar cada um de vocês aqui presentes, uma oportunidade muito boa para que todos se manifestem de uma maneira clara para que esse plano seja melhor ainda do que aquele que foi feito anteriormente. E, como a Celise ressaltou aqui, muito claramente, esse é um plano diferente, não foi contratada uma empresa, um especialista que

veio aqui, nós estamos construindo esse plano com as competências de Piracicaba, uma oportunidade hoje daqueles que ainda não puderam contribuir, fazerem a sua contribuição. E o tema é fundamental. Eu acho que era esse comentário que o Dr. Bissoli fez também fica com a gente, nós gostaríamos, a minha expectativa é que esse auditório estivesse cheio para que todos aqui da representação muito grande da nossa sociedade pudessem em primeiro lugar saber o que essa comissão elaborou, ter uma informação clara, vai ter uma apresentação aqui que certamente será excelente para dar uma nivelada em tudo que foi elaborado. Segundo lugar, porque resíduo sólido, certamente, é o grande problema hoje ambiental na sociedade, não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro. Nós vemos cada vez mais a preocupação da população quanto à redução do uso, a destinação adequada desses resíduos sólidos. Piracicaba sempre teve um papel de liderança. No passado recente, na década de 80, 90, nós assumimos protagonismo no que se refere a água e a esgoto. Então foi um movimento da sociedade de Piracicaba que foi abraçada por todos os prefeitos que passaram por aqui e isso trouxe benefícios muito grandes para todos nós por termos água tratada, coleta de esgoto e tratamento de esgoto, e agora a bola da vez são os resíduos sólidos, temos que continuar colocando Piracicaba, mantendo Piracicaba nesse local do destaque no que também se refere a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos. Não é à toa que a ABES, associação brasileira de engenharia, sanitária colocou Piracicaba em primeiro lugar em todo o Brasil. São mais de cinco mil municípios, liderando saneamento básico, baseado em cinco indicadores, água coleta de esgoto, tratamento de esgoto, coleta dos resíduos sólidos e destinação adequada desses resíduos sólidos. E a responsabilidade nossa é aprimorar isso aí, cada vez mais, e através desse plano será possível nós deixarmos claro o que se pretende fazer aqui em Piracicaba, o que já existe, o que se pretende fazer e as contribuições da sociedade são fundamentais

para que esse nosso plano seja executado, seja implantado e sirva de exemplo para outras cidades, já que o problema dos resíduos sólidos, a exemplo do que é problema de água, de esgoto, são problemas regionais, então não adianta só Piracicaba cuidar, se os municípios do entorno não adotarem políticas públicas semelhantes. Então, parabéns a vocês que elaboraram esse plano, vamos continuar enquanto prefeitura e o prefeito Barjas Negri sempre tem batido nesse nesse ponto, que a gente tem que fazer com que Piracicaba siga nessa linha da sustentabilidade, da qualidade de vida, e a secretaria do meio ambiente certamente coloca esse assunto como uma das suas principais ações, quando se fala em trabalhos e esforço e número de colaboradores e recursos. Os recursos sólidos têm um lugar de destaque dentro da Sedema que tem tantas atribuições, com arborização, com áreas urbanas, com obras nas áreas urbanas, com fiscalização, com educação ambiental, mas os resíduos sólidos têm um lugar de destaque, e o trabalho de vocês, certamente, vai nos ajudar muito a fazer a nossa parte e também nos ajudar a induzir a nossa sociedade a também fazer a sua parte. Resíduos sólidos não se resolvem só com a ação do poder público, há necessidade de envolvimento de toda a sociedade. Muito obrigado então pela presença e desejamos bastante êxito, e a SEDEMA, a prefeitura, em nome do prefeito estará sempre aberta a toda população para que a gente possa caminhar juntos buscando uma cidade bastante sustentável, gerando qualidade de vida para todos seus habitantes. Muito obrigado pela presença de todos.

[26:49:18]

[26:52:09]

Evandro Evangelista: obrigado secretário, nós convidamos as autoridades a retornar nos seus lugares... dando sequência aos trabalhos, nós temos a

satisfação de convidar a professora doutora Adriana Nolasco, que foi a especialista convidada para apresentação do plano.

[27:36:10]

[28:19:25]

Adriana Nolasco: boa noite a todos. É um prazer ter recebido esse convite, essa indicação para apresentar o resultado desses 4 anos de trabalho, que na verdade não foram só os dois últimos de avaliação, mas todo o trabalho de construção, de implementação desse plano, e agora com avaliação, apresentação, dos resultados e das novas propostas para que todos possam contribuir. Bom, eu gostaria de começar agradecendo, ,né,, fiquei, como já foi falado, o PMGIRS aqui em Piracicaba, ele veio de um processo de construção coletiva. Então não é ideia de um consultor, de uma empresa sobre um recorte de realidade que ele não vivencia. É a construção de uma série de ações a partir da cidadania, da participação de todos os cidadãos através das representações das suas instituições, de entidades, etc..... Então primeiramente eu agradeço a todos os cidadãos, que direta ou indiretamente, trouxeram os problemas, trouxeram indicações do que poderíamos fazer para que a gente avaliasse e fizesse essa construção do plano, então o cidadão é o elemento-chave na construção de todo esse processo. Depois agradecemos também as secretarias municipais, todos os seus funcionários que tão solícitamente disponibilizaram dados e informações para que pudéssemos tomar decisões, várias instituições e universidades aqui do município que disponibilizaram estagiários, pesquisadores, trabalhos e tudo mais que também contribuiu para criação desse plano, aos membros da comissão que arduamente trabalharam, ,né,, um agradecimento especial aqui a Celise, que mesmo sem uma indicação formal, coordenou todos os trabalhos desta comissão. Que sem uma liderança, dificilmente a gente conseguiria chegar até o final dessa

trajetória, né. E ela sempre, de forma muito positiva, comprometida, ética, tranquila, conduziu o processo de uma maneira que foi muito positiva, muito satisfatória, então deixo aqui também nosso agradecimento em nome da comissão. Em relação aos objetivos da Audiência Pública, basicamente o nosso objetivo é trazer para a população todas as informações necessárias para que entendam quais foram os resultados da primeira fase de implementação do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, que vai de 2014 a 2018. E as novas propostas a partir da avaliação dessa primeira fase. Com isso o cidadão tem condição de estar trazendo suas dúvidas, trazendo questionamento, sugestões, críticas, para que a gente possa aprimorar o plano, porque o plano é para a cidade, não é para comissão, não é para a prefeitura. Então novamente eu chamo a atenção, o cidadão é a peça chave em todo esse processo, é pela participação dele e para ele que a gente constrói esse plano de gestão de resíduos. Reforço que nós receberemos questionamentos e contribuições até 2 de março de 2020, através do site da Sedema, lá vai ficar disponível formulário de participação que todo mundo pode preencher e encaminhar. A comissão vai receber essas sugestões, analisá-las e responder a todos até o dia 2 de abril de 2020. Bom, então, para a gente iniciar, eu queria apresentar um breve histórico de como que tem evoluído a questão do gerenciamento e da gestão de resíduos sólidos aqui no Brasil, se a gente pegar até a década de 90, o que a gente tem como característica são ações pontuais muito técnicas e muito voltadas para atendimento a conformidades em relação à Lei, então o processo todo era de selecionar tecnologias que reduzem os impactos ambientais negativos e não levassem a multa. E a ação do Estado era fiscalizar e multar, em caso de não conformidade. A partir da década de 2000 as coisas começam a mudar, então primeiro com a Lei do saneamento em 2007 e depois com a política Nacional de resíduos sólidos em 2010. Essas novas leis, elas trazem as regras para construção de planos com uma

série de ações integradas, por que começa a se entender que “não resolvo o problema de resíduos somente com tecnologia, mas com ação social, com educação com ações políticas e eu preciso integrar todas essas ações para efetivamente conseguir o resultado que queremos, que é uma cidade sustentável com qualidade de vida, com saúde para os seus cidadãos”. Aqui em Piracicaba a gente tem, primeiramente, a elaboração do plano de saneamento básico e, dentro dele, uma pequena área que tratava mais de gerenciamento que de gestão de resíduos sólidos. A gente vai entender isso, e depois em 2014 a gente tem aprovação do PMGIRS, então, plano de gestão integrada de resíduos sólidos feito para um cenário de 20 anos, então até 2034 e com revisões a cada quatro anos, que é o que estamos fazendo agora, primeira revisão desse plano. Então o que que é o PMGIRS, Primeiro ponto para a gente entender, né,. Ele é um instrumento Municipal de planejamento de gestão de resíduos sólidos obrigatório por Lei federal 12305, que estabelece a política nacional de resíduos sólidos. Então sem o PMGIRS os municípios não têm acesso aos recursos federais para as ações de gerenciamento de resíduos sólidos, então ele é um plano obrigatório, elaborado para um cenário de 20 anos, deve atender a política nacional e a política estadual de resíduos sólidos, além de uma série de diretrizes e normas técnicas, ele é composto por diagnóstico, diretrizes, metas, ações e indicadores e deve ser elaborado com base nos princípios da participação, transparência e respeito as peculiaridades ambientais, sociais, culturais e econômicas locais. Isso é um ponto muito importante e que traz uma diferenciação também do trabalho que nós fazemos aqui, a gente tem observado, analisei mais de 70 planos do Brasil todo, que quando a gente tem uma empresa de consultoria fazendo o plano, geralmente a gente tem um recorte daquele momento, uma leitura muito pontual, é como se eu fizesse uma fotografia e, a partir daquela fotografia eu tomasse uma série de decisões, que é diferente da situação que nós temos, em que o cidadãos



que moram aqui no município, que vivem a realidade do município, há anos, né,, décadas, e conhecem os problemas e sabem onde tem que atacar, o que é prioritário e querem soluções efetivas para esses problemas, porque eles também vão receber os benefícios disso tudo, então, esse eu acho que é um ponto muito importante para a gente considerar aqui no nosso plano. E um outro ponto é que um plano de resíduos ele deve ser vivo, cíclico e contínuo. Vivo por toda essa participação que a gente espera da sociedade, não é documento de papel, mas um documento que realmente traga soluções para nossa realidade. Cíclico porque eu faço um plano para 20 anos, faço revisão a cada quatro anos, mas não acaba em 2034. Em 2034 fazemos uma avaliação dos 20 anos anteriores e um novo plano para mais 20 anos, e assim infinitamente, né. Então por isso também é cíclico. E contínuo porque o trabalho de implementação do plano e de sua revisão é feito diariamente, isso inclusive por nós, né, membros da comissão toda semana, praticamente, algum grupo dessa comissão se reúne, toma alguma decisão, busca informação, de forma que sempre aprimore. Monitora o trabalho de (inint.) pela prefeitura, então é um trabalho contínuo, a gente não para. Bom, do ponto de vista formal, o MPGIRS, ele é um documento que vai apresentar um conjunto articulado de ações do ponto de vista legal e normativo, financeiro, técnico e de planejamento que deverá ser desenvolvido com base em critérios sanitários, tecnológicos, ambientais, sociais, legais e econômicos, para quê? Para minimizar, coletar, segregar, valorizar, tratar e dispor os resíduos de forma adequada pelos responsáveis, seja o poder público municipal ou sejam os empreendimentos que geram esses resíduos. Ele serve também, isso aqui, olha, do ponto de vista do gerenciamento, então, quando a prefeitura ela faz operações para destinar esses resíduos de alguma forma, a gente tá falando em gerenciamento, a parte operacional, a coleta, a destinação para o aterro ou a recuperação de materiais e etc., isso é o gerenciamento, mas não é só esse o papel do plano

e nem do poder público municipal, ele também é responsável por regulamentar o gerenciamento dos demais tipos de resíduos, que são gerados pelos setores privados e por instituições que se encontram em sua base territorial, então ele cria regras e cobra o gerenciamento adequado de todas as empresas e instituições que operam dentro do seu território e isso a gente chama de gestão. “Eu não sou responsável pelas operações, mas eu sou responsável pelas regras de operação desses geradores”. Aqui uma figura só para ilustrar um pouco melhor o que eu estou colocando, né, então aqui a gente tem todos os geradores de resíduos que podem estar presentes em um município e os tipos de resíduo, né,, pela política nacional, em termos de gerenciamento, ou seja, de operação de coleta, destinação adequada. O que é responsabilidade da prefeitura? Ponto de vista legal, somente os resíduos sólidos urbanos, que são os resíduos domiciliares e os resíduos da limpeza pública. Os outros resíduos, todos esses aqui, da indústria, da construção civil, de serviço de saúde, agrossilvopastoris, de mineração e etc., eles não são de responsabilidade de gerenciamento, mas são de responsabilidade de gestão, então a prefeitura vai dizer para esses geradores como eles devem fazer o gerenciamento dentro do seu território, isso é extremamente importante, a gente vai ver um pouco para frente. Na prática a prefeitura acaba muitas vezes assumindo gerenciamento, as operações e os custos de resíduos de gerador particulares em função de problemas de saúde pública e de riscos, isso não é adequado porque quando ele assume e não cobra por isso quem está pagando pelos serviços? O cidadão. Prefeitura não tem dinheiro, o dinheiro vem dos impostos, então o cidadão tá pagando por isso e do ponto de vista de justiça social isso não é correto, então a gente entende muitas vezes a necessidade, mas entende principalmente que isso precisa ser mudado, cobrando as responsabilidades de cada gerador, exemplos, né,, do que as prefeituras costumam assumir indevidamente são os resíduos cemiteriais, quando são cemitérios privados,

os resíduos de serviço de saúde, hospitais, clínicas, clínicas de estética, uma série deles, resíduos de logística reversa, a gente tem já 5 acordos setoriais assinados e na prática não implementados e muitas vezes a prefeitura, para que não incorrer em risco a saúde da população, acaba assumindo os custos das empresas que deveriam arcar com a operação e o pagamento pelos serviços, né,, então esses são só alguns exemplos. Em termos de conteúdo, o que que um plano de gestão integrada de resíduos sólidos precisa necessariamente apresentar? De maneira resumida, né, está no artigo 20?... 19, 20, 19 da política nacional, eu tenho uma relação imensa de conteúdo que eu tenho que abordar, de maneira resumida eu coloquei aqui, né, um plano, ele tem que ter características gerais do município, como aspectos econômicos, demográficos, IDH, histórico ambiental, ele tem que apresentar o diagnóstico atual, tanto diagnóstico de resíduos como o diagnóstico de situação, que a gente vai ver um pouquinho à frente, ele deve apresentar as prioridades em termos de diretrizes metas e estratégias de ação, os recursos financeiros para a implementação de todas as nações e também os responsáveis, quem vai fazer o quê. E também ele tem que apresentar um modelo de gestão do próprio plano, como que eu vou disponibilizar essas informações, como que eu vou avaliar os resultados da implementação desse plano. Então tudo isso já tem que ser previsto na sua elaboração, por isso é um trabalho bastante complexo e quanto maior o município, maior o número de problemas, mais difícil, mais complexo vai se tornando esse plano. O objetivo do PMGIRS basicamente, é consolidar o sistema de limpeza urbana contribuindo para redução de riscos e problemas a saúde pública e meio ambiente, ou seja, um ambiente saudável, é isso que a gente busca no final. Em relação à construção do PMGIRS de Piracicaba, do nosso PMGIRS, do município de Piracicaba, a gente tem um processo diferente, como já foi falado, então não foi feita através de consultoria, mas de participação popular, é um trabalho voluntário, não remunerado,

apartidário, a comissão foi formada por representantes de vários segmentos da sociedade, como já foi colocado anteriormente, né, e o grupo foi criado também a partir de um decreto municipal em que cada instituição indicou seu representante. Aqui a gente tem a relação de todos os representantes, de universidades, do setor público, da cooperativa do reciclador solidário, do CONDEMA e assim por diante. E eu coloquei algumas fotos das atividades que a gente tem desenvolvido, reuniões periódicas, visitas técnicas para que os membros conheçam a estrutura que o município já oferece e possam avaliar a qualidade dos serviços que são oferecidos, se a gente não conhece profundamente suas estruturas como que a gente pode tá propondo qualquer coisa? Então um dos primeiros passos quando a gente forma a comissão é fazer esse processo de capacitação, trazer as informações necessárias e levá-los para conhecer a estrutura que a gente já dispõe aqui no nosso município. Em relação ao método, como que a gente foi construindo então esse plano, né, a gente parte do levantamento da legislação e normas pertinentes, faz atualização do diagnóstico dos resíduos, no nosso caso nós fizemos visitas de campo, reunião com agentes públicos, registros fotográficos, pesquisa em bancos de dados oficiais, né, dados secundários do IGBE, ABRELPE, SEADE, etc., foi realizado em 2015 um estudo gravimétrico para que a gente conhecesse a composição desse resíduo gerado no município e através também de pesquisa científica com parceria com as Universidades, né, a gente viu a representação de vários aqui. O levantamento de dados ele levou em consideração alguns aspectos da gestão que eu quero ressaltar, primeiro é a geração por tipo de resíduo, então, o que a gente gera, que tipos, que riscos estão relacionados a cada um desses resíduos, qual o sistema de coleta e acondicionamento de cada tipo de resíduo, as formas de tratamento e destinação, quais são os riscos e impactos associados a esse sistema de gerenciamento atual e finalmente, que alternativas a gente tem, tanto para a gestão como para

gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos, então abriu um pouco do nosso leque de possibilidades. Para análise dos dados e revisão dessas diretrizes a gente teve a formação de grupos e trabalho dentro da comissão, então foram quatro grupos de trabalho, o primeiro tratando do PGRS que são os planos de gerenciamento de resíduos sólidos, o segundo tratando de educação e comunicação ambiental, o terceiro da gestão municipal e o quarto da logística reversa, e através de reuniões periódicas nós analisamos o plano inicial, as ações que foram implementadas ao longo dos quatro anos a partir do diagnóstico e verificamos os pontos críticos, os novos problemas que teriam que ser tratados no futuro e geramos, depois de reuniões plenárias, para chegar a um consenso sobre o que fazer ,né, chegamos aos resultados, que é o relatório executivo do período 2014 a 2018 e a definição das novas diretrizes para 2018 a 2034, já prevendo recursos financeiros que a gente não teve essa ação no primeiro plano, porque ele aconteceu no intervalo entre a elaboração do orçamento plurianual, então a gente fez um plano que não tinha recurso garantido para a sua execução, agora a gente teve essa possibilidade de reestruturar o plano junto com o planejamento do orçamento do município, então aquilo que foi previsto já tem recurso também previsto para a execução, eu acho que isso foi um avanço bastante positivo, né, e definimos também indicadores e métodos para gestão e monitoramento das ações previstas no plano. O documento ele está organizado em cinco capítulos, então como foi colocado, caracterização, diagnóstico, resultados, diretrizes revisadas e novas propostas, e a gestão do plano. Vou apresentar agora alguns resultados, infelizmente a gente tem um documento muito extenso, uma série de resultados e uma série de propostas, são dois volumes, acho que mais de 200 páginas e o tempo não é suficiente para a gente apresentar tudo isso detalhadamente, então separei alguns pontos principais para que vocês conheçam e entendam o que está naquele plano e por que está no plano. E

todos terão oportunidade de ler detalhadamente lá no site da Sedema para trazer seus questionamentos. Em relação à característica, nosso município está na Região Noroeste do Estado em relação à capital, a cerca de 164 km, hoje a gente tem em torno de 400 mil habitantes e um aspecto que é interessante é a questão da diminuição da taxa de crescimento demográfico, isso é importante por quê? Porque se a gente está trabalhando com cenários de 20 anos quando eu tenho um crescimento dessa taxa eu tenho que pensar no investimento muito maior que o atual, eu tenho que garantir esse orçamento e pensar em ações amplas para conseguir dar conta do aumento da geração e com a diminuição da taxa a gente está numa situação um pouco mais confortável de não ter uma mudança muito grande da realidade atual. Outro ponto que é importante que eu não citei, Piracicaba é a sede da aglomeração urbana de Piracicaba e recentemente o governo do Estado reestruturou a secretaria de meio ambiente, a gente tem agora uma Secretaria de infraestrutura e meio ambiente, foi criada uma pasta específica para resíduos que a gente não tinha anteriormente, então resíduo ganhou uma importância maior e em termos de políticas públicas há todo um encaminhamento para que hajam ações consorciadas dentro dos aglomerados urbanos, até provavelmente a gente tenha que nos próximos anos elaborar um plano para o aglomerado urbano de Piracicaba, talvez seja até o primeiro dentro do Estado, então é um ponto importante aí para a gente considerar. O nosso município tem uma situação econômica bastante confortável também, nós temos um PIB de cerca de 21 bilhões de reais por ano, diferente de outros municípios em que arrecadação é muito pequena, o PIB é muito pequeno, não tem recursos para investimento, vários problemas a gente consegue resolver com recursos próprios, isso dá uma autonomia, também em termos de decisão do que fazer nesse plano. Historicamente, a produção agrícola e industrial são as principais, 5 mil empresas na área industrial e mais de 49 mil hectares de cana-de-açúcar

que o nosso é nosso principal (cultura) agrícola, em relação ao IDH, ele está entre um dos mais altos no Estado de São Paulo, 0,78, isso mostra a qualidade de vida aqui dentro do município e o segundo ponto, então nós temos um capítulo, que é o diagnóstico de resíduos. O diagnóstico como eu falei envolve diagnóstico de resíduos e diagnóstico de situação, em relação a resíduos, a gente procurou características, quantidade, origem e etc de todos os tipos de resíduos gerados no município, isso pensando que o município tem responsabilidade, não só de gerenciamento do resíduo sólido urbano, mas de gestão de todos os resíduos gerados em seu território. No diagnóstico foram levantadas informações em relação aos tipos de resíduos gerados, seja quais resíduos, quanto é gerado por um período de tempo, onde esse resíduo é gerado, a origem que vai indicar para a gente a responsabilidade, porque ele está sendo gerado, se eu não sei o que causa a geração de um resíduo pouco eu vou poder fazer em termos de redução da sua geração, eu só consigo tratar e dispor, que é o que a gente coloca no final em termos de hierarquia de opções e soluções. Quais são as características desses resíduos em relação a composição gravimétrica, características físicas, químicas, que vão dar a sua classificação em relação a periculosidade, a riscos. Qual é o sistema de gerenciamento atual, como tá sendo coletado, acondicionado, destinado e informações complementares e análise de cenário atual para que a gente entenda aí o sistema atual de gerenciamento. Eu coloquei somente dados dos resíduos sólidos domiciliares como eu falei o tempo não é suficiente para apresentar tudo, né, eu acho um dos mais importantes, então em termos de composição hoje o nosso resíduo domiciliar ele tem 45 quase 46% de orgânicos, 36% de recicláveis e 18% são rejeitos que necessariamente vão ter que passar por tratamento e aterramento. Para cada resíduo a gente apresenta também esses aspectos, geração, qual é sua origem, no caso do resíduo domiciliar as residências e o comércio local, a quantidade em massa, peso, em torno 9

toneladas mês. O método de cálculo para a gente chegar a essa quantidade, e no caso também a gente também calculou a geração per capita, que tá em torno de 775 gramas por habitante dia atualmente. Nós buscamos dados históricos de geração de cada tipo de resíduo porque isso vai indicando como tem aumentado ou diminuído a geração ao longo do tempo, para onde a gente tem caminhado em termos de solução, o é o nível de preocupação que a gente precisa ter com esses materiais. E fazemos também para cada tipo de resíduo uma descrição de todo o sistema de coleta, acondicionamento e destinação final, então a gente tem um fluxograma de trabalho aqui mostrando todo o caminho percorrido pelo resíduo até o destino final, no caso do resíduo domiciliar ele começa pela separação na residência ou no comércio, depois esse material é coletado no caso de Piracicaba pela Ambiental vai para uma central de tratamento de resíduos, é triado e eu tenho várias linhas de destinação, o material é passível de reciclagem ou compostagem, é comercializado ou passa pelo processo de compostagem, os demais que tenham poder calorífico suficiente são transformados em combustíveis derivados de resíduos CDR e os rejeitos são aterrados. Aqui gente ainda tem nesse sistema a coleta pela cooperativa do reciclador solidário que já recolhe todo o material separado nas residências faz também triagem e comercialização, paralelo aqui a esse fluxograma. Aqui a gente apresenta para cada resíduo a fonte dos dados, onde a gente buscou a informação e faz um apanhado das informações complementares para tomada de decisão, por exemplo, no caso dos resíduos domiciliares, como está o oferecimento dos serviços de coleta e destinação pela empresa contratada pelo município, parceria público-privada, como sempre é um problema para a gente essa avaliação dessa PPP, como está o oferecimento do serviço pela cooperativa do reciclador solidário, está atendendo? A sua capacidade instalada é suficiente? Etc. Então isso é feito para cada tipo de resíduo. Quais são os nossos desafios



nesse diagnóstico de resíduos? A qualidade do plano depende da qualidade dos dados e o Brasil de maneira geral é um país que não costuma organizar os dados sobre os mais diferentes assuntos, em resíduos não é diferente disso, então a gente tem muita dificuldade para acessar dados sobre resíduos industriais, por exemplo, até pouco tempo todos processos da CETESB eram em papel. Eles só têm controle dos resíduos que oferecem maior risco, os demais eles não sabem nem onde está sendo gerado, quem tá gerando, quanto está gerando. Para a gente ter acesso a isso eu tenho que fazer toda uma documentação, um trâmite, então não é fácil. As indústrias também não disponibilizam com facilidade, a mesma coisa para os agrossilvopastoris e não temos aqui no município dados específicos sobre resíduos de aeroportos e nem detalhamento dos resíduos de saúde, em relação à tipo, quantidade, coleta e tudo mais, então isso é um problema sério, não é? A qualidade vai ficando limitada em função da qualidade dos dados que eu recebo e a gente espera que esse problema seja resolvido a partir do momento da implementação do PGRS, a partir do momento que todas as empresas e instituições tenham que fazer um plano de gerenciamento de resíduos, nós teremos acesso fácil a todos esses dados e também facilidade para fazer análise deles buscando planejamento. Então todos os dados do diagnóstico para todos os resíduos que nós conseguimos acessar eles estão disponíveis lá no site da Sedema. Em relação à diagnóstico de situação, um dos pontos que a gente avalia é a educação ambiental, o que está sendo feito e o quanto está sendo efetivo esse trabalho. Então aqui eu listei vários programas que são desenvolvidos pelo NEIA, com recursos da própria prefeitura, como o projeto reciclando de descarte de medicamento, a campanha rio vivo com usuários das margens do rio dentro da área urbana. Os materiais educativos que foram preparados no período e também os projetos com recursos provenientes da parceria público-privada que tem que destinar 0,5% daquilo que paga no momento

para prefeitura para projetos de educação ambiental. A gente conseguiu colocar esses recursos, aplicar esses recursos há pouco tempo, acho que foi um ano de aplicação até agora, basicamente em dois projetos, um sobre resíduos domésticos buscando compostagem e o outro para esclarecer a população em relação ao serviço de coleta seletiva. Em relação a passivos ambientais, esse é um outro ponto do diagnóstico de situação, quantos pontos com resíduos fora das áreas de contenção controladas a gente tem no nosso município. Então são basicamente, de acordo com a CETESB, 52 áreas e os maiores geradores de passivo ambiental são os postos de combustíveis, com 38 registros e em seguida as indústrias com 10 registros. Aqui novamente a gente vê a importância do PGRS, se a gente sabe o resíduo que cada empresa gera, a gente consegue identificar quem é o dono desse passivo e transferir para ele a responsabilidade pela remediação dessas (áreas). Não mais para o cidadão ter que pagar por isso. Em relação ainda a resultados, a gente tem alguns pontos que são importantes nesse período 2014/2018, que diz respeito à implementação das 31 diretrizes do plano inicial e o resultado foi bastante positivo. Dessas 31 diretrizes, 21 foram totalmente executadas, então algumas diretrizes que a gente julgava que seriam de médio prazo, por exemplo, já foram implementadas no curto prazo e isso explica um pouco do bom desempenho ambiental na avaliação do município. 7 diretrizes foram parcialmente executadas e temos 3 em execução. A partir dessa avaliação fizemos as novas propostas de diretrizes nesse plano revisado. Então eu só coloquei um exemplo do que vocês vão encontrar lá no texto do plano, né, a gente tem apresentação de cada uma das diretrizes, se foi executado ou não, quais são as alterações propostas para elas no plano no próximo plano, né, as metas e de onde virá o recurso e qual o volume de recursos financeiros para sua execução. Temos também a atualização constante dos bancos de dados e isso trás transparência sobre processo e sobre a condição sanitária da cidade, é muito importante do

cidadão, um ponto que eu ressaltar aqui é a questão da quantidade de resíduos e crescimento populacional, então a gente percebeu que houve uma redução do crescimento demográfico e o resíduo tá mais ou menos estacionado em termos de quantidade gerada, com uma tendência a queda nos próximos anos. Isso é muito tranquilizador para a gente, em termos de ação. Aqui é o resultado também de algumas ações realizadas na própria prefeitura, então no trabalho com os funcionários municipais, vários processos de educação ambiental que foram desenvolvidos, formação dos funcionários dos serviços de saúde, do CASES e da SMADS e formação de agentes multiplicadores para as escolas, atingindo até 92% do público escolar dos programas de educação ambiental. Aqui trabalho feito com comunidades dentro do município, então houve atendimento as cinco regiões com trabalhos de educação ambiental, de limpeza das áreas urbanas, com melhoria da qualidade ambiental dessas regiões do bairro Mário Dedini, Água Branca, Morumbi, Itapuã e Centro. Em relação a resíduo da construção civil e limpeza pública, a princípio a gente previa até 2024, 13 ecopontos, até 2013, 5 e a gente já atingiu até o momento 8 ecopontos, além do trabalho com caçambas estacionárias nas regiões em que não há área disponível para instalação dos ecopontos. Houve uma redução também dos pontos de descarte irregular, de 39 a gente conseguiu diminuir para 27, quando a meta era de 31 até 2024 e com isso tudo a gente conseguiu avaliar a situação atual e propor as novas diretrizes para o plano realizado. Então, de 31, nós passamos para 24 diretrizes, ou seja, os problemas estão sendo gradativamente resolvidos e com isso o plano também consegue ser um pouco mais simplificado, a gente pode atacar outros problemas e melhorar toda a condição. Eu vou ler rapidamente essas diretrizes, todo o detalhamento está disponível no site, tá? Então a primeira diretriz proposta, que é o que a gente espera contribuição de vocês, avaliação de vocês, diz respeito ao desenvolvimento e implementação e

monitoramento do PGRS, temos a Lei, o projeto de Lei, em andamento na Câmara e esperamos em breve implementar todo o sistema, né, a diretriz número 2, fomentar projetos de educação ambiental em resíduos sólidos. Esse é um trabalho constante. A número 3, desenvolver e articular processos de comunicação ambiental em relação a resíduos sólidos urbanos. A número 4, a implementação de projetos educativos para redução e valorização, isso vem ao encontro da decisão de diretoria da CETESB aprovada recentemente que visa a logística reversa, mas principalmente atingir a empresa para que ela tome decisões em relação ao desenvolvimento de produtos e com isso reduz a geração dentro dos municípios. A número 5, apoiar e fortalecer a cooperativa do reciclador solidário que faz um trabalho que é essencial para a qualidade ambiental do município e também incentivar o desenvolvimento de outras cooperativas e associações que consigam dar conta de todo esse material reciclável que nós geramos aqui. A número 6, promover a inclusão dos catadores autônomos individuais nesse processo de gerenciamento de resíduos do município. A número 7, incentivar, apoiar e fomentar novos negócios, novos empreendimentos relacionados a valorização de resíduos, de forma a gerar emprego e renda, com esses negócios, transformar resíduo em solução e não tem problema, em oportunidade. A número 9, definir e implementar ações voltadas à redução de emissão de gases de efeito estufa, elevar a porcentagem de resíduos domiciliares coletados no município de 99,8% para 100%, desenvolver ações voltadas a reduzir a geração de resíduos per capita no município, acompanhar as atividades da central de tratamento de resíduos Palmeiras e o encerramento do aterro do Pau Queimado, aprimorar a gestão de resíduos da construção civil, incentivando a utilização dos reciclados, melhorar a eficiência do serviço de varrição e o desempenho de limpeza pública nos ecopontos e pontos viciados, aprimorar os programas de destinação adequada dos resíduos de supressão

e poda de árvores, assim como de limpeza de bueiros e córregos e requerer junto aos responsáveis pelos acordos setoriais a implementação destes no município, de forma que eles arquem com a logística reversa. Tem a 16, desculpem, aprimorar o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde também, transferindo a responsabilidade ao gerador, assim como os custos das operações, desonerando o cidadão. 18, reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterro, aqui não resíduos, mas rejeitos. 19, implementação de melhorias do sistema de gerenciamento de resíduos cemiteriais. A 20, elaboração e implementação de planos de gerenciamento de resíduos para os terminais rodoviários e aeroporto municipal. 21, elaboração de programas de gestão de resíduos agrossilvopastoris. 22, elaboração de planos de ações preventivas emergenciais e corretivas para os casos de acidentes, intempéries, e situações que fujam do controle com geração de grande quantidade ou de resíduos perigosos. 23, promover ações integradas entre os municípios do mercado urbano de Piracicaba em consonância com a política do Governo do Estado e 24, o monitoramento da implementação do plano e os seus impactos. Então, essas são as diretrizes propostas no plano revisado que a gente gostaria que vocês aprofundassem nas informações e trouxessem aí seus questionamentos e contribuições. Aqui é só um modelo como essas diretrizes são apresentadas, né, então todas tem uma justificativa tem a estratégia de ação, a meta onde queremos chegar e alguns detalhes em relação a responsabilidade ou contexto atual. Quais são os resultados esperados com aquela diretriz, o indicador para seu acompanhamento e alguma observação que seja relevante. Em termos de gestão do plano, até 2018 tínhamos 26 indicadores para fazer o acompanhamento da implementação do plano, eram indicadores gerais, no plano revisto nós trabalhamos com 3 linhas de indicadores, então, pouco mais organizado são 5 indicadores da gestão do plano aplicados a cada 4 anos, 32 indicadores macros, relacionados as diretrizes aplicados

anualmente para avaliação das ações e depois indicadores micros que vão sendo construídos para cada projeto, para cada programa, para que a gente saiba quais são os resultados alcançados. Então aqui a gente tem a relação dos indicadores de gestão do plano, exemplo, né, número de diretrizes atendidas, em andamento, não atendidas, participação, investimento total e per capita. Aqui a gente tem os 32 indicadores macros, para as diretrizes, eu não vou detalhar todos, né, que o nosso tempo já está esgotado. E para encerrar, quais são as nossas perspectivas futuras, o que nós esperamos, o que nós queremos com a implementação do PMGIRS revisado. Nós queremos um PMGIRS completamente implementado, esse é o nosso primeiro desejo, né, que a prefeitura municipal realmente implemente as ações para que a gente chegue aos resultados, que em primeiro lugar queremos 100% dos serviços oferecidos pela prefeitura funcionando bem e atendendo a população de maneira geral, de forma a reduzir os impactos negativos e garantir o bem-estar e a qualidade de vida, qualidade ambiental, queremos a redução da geração dos resíduos no nosso município, queremos a destinação adequada de 100% dos resíduos e rejeitos, queremos uma população consciente e participativa, responsável, queremos um município como referência Estadual na gestão de resíduos sólidos. Queremos empresas e instituições proativas e com PGRS implantado, participando de todo esse processo, um município como referência no desenvolvimento tecnológico, na aplicação de novas tecnologias para a valorização de resíduos, entrando dentro desse novo sistema chamado economia circular, resíduos gerando recursos financeiros, gerando novos negócios, gerando trabalho, gerando renda para a população e queremos a gestão de resíduo então como base de negócios e inclusão social. Então, obrigada a todos por me ouvirem, ainda esta apresentação que é um pouco cansativa e contamos com a contribuição de todos vocês. Boa noite.

[01:20:43]

[01:20:54]

Evandro Evangelista: nós agradecemos a explanação. A professora doutora Adriana e nesse momento nós convidamos para ocuparem a mesa onde nós temos a participação dos técnicos especialistas. Primeiramente, a Celise Romanini, por gentileza, Celise. Secretário Menten. O Bruno Delaroli. A Ana Meira. Adriana Nolasco. Moacir Beltrame, por gentileza. O Paulo Mendes. P Marcelo Maistro e a Jeane Santos. Lembramos mais uma vez que as contribuições ou questionamentos orais dos presentes deverá ser realizado no microfone que vai ser posicionado aqui na tribuna e o motivo é para filmagem e conseqüentemente a ata e terão prioridade das respostas e o tempo é de 2 minutos. Os questionamentos escritos em formulários padrão que já foi fornecido durante audiência serão respondidos de acordo com a disponibilidade de tempo de duração da audiência ou através do site [sedema.piracicaba.sp.gov.br](http://sedema.piracicaba.sp.gov.br). Demais contribuições ou questionamentos poderão ser realizados pelo site até a data de 2 do 3 de 2020, e serão respondidos do mesmo modo pela comissão do PMGIRS até 2 do 4 de 2020 onde entendemos que se finda o trabalho de contribuição e sugestão. Está aberta a palavra aos participantes. Por gentileza, o primeiro pode vir aqui, nós estamos com um probleminha no microfone, então vou ter que perguntar, pode fazer duas ou três perguntas e os membros da mesa anotem, por gentileza e depois nós respondemos.

[01:24:39]

[01:24:43]

Elizabeth: boa noite a todos, boa noite, pessoal. Na verdade, meu nome é Elizabeth, eu faço parte da SEDEMA, do núcleo de educação ambiental e também estou no grupo multidisciplinar de educação ambiental, que é o (GME) representando a SEDEMA. Na verdade, é a sugestão de inclusão,

né, quando a gente, eu também de certa forma participei desse processo, mas a gente tá com, saindo do forno, 4 novos contratos, né, de serviços que utilizam recursos da PPP da limpeza pública para educação ambiental. Então, na verdade, a sugestão seria de inclusão no diagnóstico da (IAIA) dessas novas, esses novos projetos, né, que se referem a contratação da empresa para análise estatística dos dados, dos questionários da campanha da coleta seletiva e isso já foi assinado o contrato, agora em dezembro, praticamente, novembro, dezembro. O contrato de empresa para desenvolvimento de arte e impressão de materiais de educação ambiental voltada a resíduos sólidos, também já foi assinado o contrato, essa semana. O contrato de empresa para locação de ônibus para transporte de grupos comunitários escolares para espaços de gerenciamento de resíduos sólidos de Piracicaba, também foi assinado. E o contrato de empresa para desenvolver educação ambiental em bairros com certa demanda, né, que vão ser definidos, estão sendo definidos, essa, essa empresa vai fornecer 7 educadores ambientais para atuar nesses bairros, né, de uma forma mais próxima, então esse contrato ainda não está assinado, ele finalizou o processo a semana passada, está na jurídica e enfim, já está para ser assinado também. Mais uma sugestão dentro daquela parte diagnóstica.

[01:26:38]

[01:24:43]

Evandro Evangelista: a primeira sugestão já sendo notada. Mais alguém por gentileza?

[01:26:47]

[[01:27:23]

Edinalva: boa noite a todos e a todas, meu nome é Edinalva, eu sou catadora, diretora-presidente da cooperativa do reciclador solidário. Eu



quero incluir uma discussão aqui no plano, eu gostaria de saber porque a cooperativa não foi incluída, né, para no plano não entrou no plano para fazer a coleta seletiva se é uma coisa que vem sendo pleiteada no Ministério Público com a promotora, há muito tempo já, né, sendo paga também, é contratada para os próximos anos aí né. É só isso aí que eu queria perguntar, queria saber, tá? Bom muito obrigado.

[01:28:14]

[01:28:19]

Evandro Evangelista: mais alguma participação?

[01:28:27]

[01:28:32]

Célia: eu sou Célia. Sou técnica na cooperativa do reciclador solidário, trabalhei lá desde a sua constituição até o momento. Complementando esse questionamento da Edinalva, eu queria assim deixar registrado, na verdade, a situação da coleta seletiva no município. Ela está caótica, não dá para dizer que ela está acontecendo, existe a propaganda de que se faz coleta seletiva em 100% do município, isso não é verdade. Nós temos elencados 12 bairros que deixaram de fazer a coleta seletiva, nós temos 5 bairros que eles passam na rua principal do bairro e vai embora e eu queria deixar de dizer que a coleta seletiva é por excelência do catador, é ele que se propõe a fazer, a manusear este material, e ele tem a experiência dele e ele se propõe. A cooperativa tem 19 anos, ela realizou coleta seletiva no município de Piracicaba durante 11 anos com os catadores da cooperativa gratuitamente, sem pagar uma mão de obra que saía no caminhão para fazer a coleta. Nós estamos reivindicando desde 2014 que esse trabalho seja reconhecido. De 2014, meados de 2014, agosto de 2014, a Ambiental começou a fazer em função da PPP, parceria público privado, quem faz a

coleta seletiva é a Ambiental. Piracicaba Ambiental, que dá vergonha e nós estamos cansados de receber reclamações e telefonema, 10, 15 telefonemas todos os dias, quando vai passar, que horas vai passar, como vai passar, quem vai coletar.

[01:31,17]

[01:31:17]

Evandro Evangelista: Concluindo, por gentileza, 2 minutos.

[01:31:19]

[01:31:32]

Célia: e uma das questões é, eu tô cansada de ligar na prefeitura, eu tô cansada de ligar no 156. Então vamos ver com carinho essa questão, catador tem que fazer coleta seletiva para fazer com qualidade, se o PMGRIS quer ter uma coleta seletiva de qualidade, contrata-se a cooperativa para fazer.

[01:31:25]

[01:31:33]

Evandro Evangelista: Obrigado, Célia. Podemos responder essas três primeiras perguntas por gentileza?

[01:31:31]

[01:31:37]

Celise de Oliveira Romanini: a sugestão da educação ambiental para inclusão no diagnóstico, né, dos 4 projetos novos isso vai ser, lógico, vai estar formalizado já, a gente vai tá trabalhando nisso porque a intenção é sempre estar atualizando, né, o PMGIRS, ele tem que estar sempre atualizando e nós estamos exatamente nesse processo, ele não está fechado

ainda a partir do momento que ele vira um decreto mesmo depois dele virar um decreto, a gente vai anotando todas as atualizações todas as legislações e vai para compor o novo PMGIRS, né, mas a ideia é essa mesmo, estar atualizando ele. Tanto é que saiu, recentemente, uma decisão diretoria da CETESB sobre logística reversa agora dia 23 do 10, né, que é a 114, e que isso mexeu também com as diretrizes que já estavam sendo trabalhadas, né, principalmente na questão de logística reversa, então é só encaminhar para a gente os textos, tudo daquela forma e nós vamos estar assim atualizando, assim eu vou passar aqui para professora Adriana, ela vai nos auxiliar na questão 2.

[01:32:48]

[01:32:52]

Adriana: em relação a importância da cooperativa do reciclador solidário, acho que houve um reconhecimento, tanto da comissão, como há um reconhecimento do município sobre isso, o trabalho é fundamental, o Ministério Público tem cobrado uma posição mais firme em relação a estruturação dessa cooperativa e na diretriz número 5 nós contemplamos esses pontos, então eu vou ler rapidamente para que vocês vejam se realmente condiz com o que vocês também esperam tá? Então a diretriz número 5, apoiar e fortalecer a cooperativa do reciclador solidário e incentivar o desenvolvimento de outras cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no município de Piracicaba. Então há expectativa de que esse serviço prestado pelos catadores cresça no município e não desapareça. Como metas a gente já colocou no plano encaminhamento para cooperativa do reciclador solidário do volume mínimo de 300 toneladas mês de material que foi o acordo firmado com o Ministério Público, a ampliação dos tipos de materiais recicláveis reutilizáveis, que possam ser triados por essas cooperativas e

associações, então precisa ser feito todo um estudo de tipos de materiais que não ofereçam riscos do nível de capacitação necessário para manipular esses novos materiais e da infraestrutura necessária para poder prestar esse tipo de serviço, que traz tantos benefícios para o município como para os próprios cooperados com possibilidade de aumento da renda, então esse é um desejo também que nós temos expresso no plano, e o terceiro que também foi uma discussão longa eu e a Ana, né, até coordenamos um estudo, que é a questão de buscar a viabilização do pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas cooperativas, da mesma forma que a prefeitura remunera empresa privada que presta serviço de coleta e destinação, a cooperativa também tem o mesmo direito uma vez que também presta serviço semelhante, né, todos visando a qualidade do serviço de limpeza urbana. Então eu acho que esses pontos incorporam os desejos, né, dos cooperados e se tiverem mais alguma informação, mais algum ponto, peço que vocês encaminhem formalmente para comissão para que possa ser avaliado.

[01:36:00]

[01:36:03]

Evandro Evangelista: mais algum membro da mesa para complementar as informações? Questão 3.

[01:36:09]

[01:36:10]

José Otávio Machado Menten: Vou falar um pouquinho da 3 e junto com outra... a questão 2. Primeiro, certamente o município reconhece o excelente trabalho que vem sendo prestado pela cooperativa. Esse reconhecimento fica claro com toda estrutura que foi disponibilizada, a reforma, a disponibilização de transporte, dos caminhões, do pagamento

das despesas de água, energia elétrica, hoje nós temos uma estrutura totalmente reformada com mais de 2.000 metros quadrados que gera um custo para o município de cerca de 96 mil reais por mês, quer dizer, isso é uma demonstração do cuidado que a administração tem com a cooperativa, e isso, logicamente, para, não só para gerar emprego e renda para 60 ou mais cooperados, mas para dar uma destinação adequada para esses recicláveis. A questão quanto a qualidade da coleta, nós, a empresa, esse serviço consta no contrato feito durante quando foi firmada a parceria público-privada, então é uma obrigação, consta no contrato, um contrato de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 15, essa coleta seletiva, isso é uma obrigação da empresa que é parceira nossa. A empresa reconhece que está passando por problemas de gestão, mas tem um compromisso de regularizar esse serviço. A prefeitura tem pagado religiosamente todas as parcelas, quer dizer, dentro do contrato, a prefeitura cumpre integralmente as suas obrigações e essa parceria ela tá passando por uma revisão ordinária, é importante entender que existe a prefeitura, existe a Ambiental e existe a Ares, que infelizmente não está presente aqui, que é a agência reguladora, mas essa agência reguladora chamou uma revisão, né, que tá sendo elaborada por uma empresa contratada da Universidade de São Paulo, uma fundação, e nós esperamos que esses eventuais problemas, tanto jurídicos, como tecnológicos, como operacionais, sejam sanadas durante essa avaliação e nos teremos em breve, talvez até o final desse ano, início do ano que vem, uma Audiência Pública que vai também, seguindo esse princípio da transparência, da valorização dos aspectos técnicos, apresentar uma..., uma..., a situação atual dessa parceria e eventual necessidade de ajustes, é importantíssimo que a população tenha ciência disso e saiba do esforço e das responsabilidades de cada uma das partes.

[01:39:20]

[01:39:24]

Evandro Evangelista: alguma complementação da mesa? Não havendo, nós temos algumas..., a possibilidade, mais uma vez, lembrando das perguntas por escrito. Alguém formulou? Não havendo, dando sequência as perguntas no microfone, por gentileza. Pois não...

[01:39:51]

[01:40:01]

Fernanda: boa noite a todos, eu sou Fernanda, eu venho como representante da sociedade civil, porque é bom, como cidadã, é interessante conhecer, ver, né, tá no meu dia a dia e na verdade eu vim também com algumas reclamações, né. Então, a questão da Ambiental, da coleta seletiva, eu sou gestora ambiental, então eu tenho um pouquinho mais do olhar também, né, para essa questão de sustentabilidade, reciclagem, etc., e, realmente, acumula lixo, acumula resíduo, falta educação ambiental na cidade, então tem gente assim, a maior parte das pessoas que eu converso não sabem nem que que é um reciclador solidário, nem que existe a coleta seletiva na cidade, então acho que tem assim uma lacuna muito grande entre o planejamento e o plano, que tá tão bonito né, quando a gente vê, escuta, lê, e a hora que vai chegar realmente em nós, na sociedade civil. Não chega. Sinto muito, mas não chega, isso que eu moro na área Central, né, e ainda assim não chega e eu queria também fazer uma pergunta, porque você disse que são 96 mil? Era isso que paga para reciclador solidário? Eu queria saber quanto que vocês pagam para a Ambiental, fazer o serviço que eles estão fazendo, mal e porcamente, assim falando, né, então quanto que é destinado do meu dinheiro e do dinheiro de toda a população de Piracicaba para a Ambiental para fazer esse serviço. E por que que a gente não poderia também ajudar a destinar um pouco mais de recurso para o reciclador

solidário, né, para ajudar a complementar e melhorar toda a questão do resíduo sólido que é importante aqui em Piracicaba. Obrigada.

[01:41:57]

[01:42:04]

Celise de Oliveira Romanini: referente a O que foi falado na educação infantil te responder já

[01:42:08]

[01:42:09]

Evandro Evangelista: só obter mais uma pergunta podemos, por gentileza, o senhor... (inint.).

[01:42:12]

[01:42:16]

Pedro: meu nome é Pedro, sou engenheiro mecânico, faz uns 40 anos que eu moro aqui Piracicaba, é aqui mais um esclarecimento, não entendi um pouco, o que fala aqui, que a população em Piracicaba é 401 mil habitantes, no sudeste, nas principais cidades e municípios, a geração per capita é de 1 a 1,1, a 1,2, e aqui parece que em vez de aumentar está diminuindo, então eu pergunto, aqueles recicladores não solidários, que é mais ou menos (30), 40, aqui em Piracicaba, eles não fazem parte do levantamento de vocês, então tem uns 25% que eles colhem esse lixo e vendem para fora. Quer dizer que some esse lixo, não chega no (CTR), entendeu. Isso é um esclarecimento, não falaram sobre isso, o que chamou a atenção, porque falam que o lixo vai diminuir, ao contrário, em toda a cidade está aumentando. Como é que aqui pode diminuir? É só para que anotem isso aí, não sei se vai ter revisão, mas todos os recicladores não solidários, eles

trabalham bastante, eles ganham seu dinheiro, a gente vê caminhões passando sempre. Eles ganham dinheiro, só que não registram seus empregados. Então, nós estamos com uma política pública aí, de socializar o pessoal que trabalha com lixo e não está sendo feito isso aí, entendeu? Tem muita gente que trabalha e não é renumerado, não tem fundo de garantia, o (último) que está saindo em Campinas deveria ser um exemplo para nós. (Que) está ganhando o (PP deles, ambiental), eles têm essa responsabilidade, de organizar os recicladores não solidários, porque, se eu coloco um dia antes os sacos de lixo, cedinho, antes que passe o caminhão, estão abrindo aquele lixo, tirando o que é reciclável e não amarram o lixo de novo, o saco de novo. Não sei, a educação ambiental, eu não vejo isso aí.

[01:44:55]

[01:44:57]

Evandro Evangelista: concluindo, por gentileza.

[01:44:58]

[01:44:59]

Pedro: outra coisa, tá, pega um (ouvir) falar em políticas públicas, para fazer esses contratos de educação ambiental, deveria ter políticas públicas, então, da Lei 12.305, tudo aquilo que eles mandam fazer, eu não ouvi falar que tem políticas públicas. O que que nós fazemos para reduzir ou para minimizar a produção de lixo? Qual é a política pública nossa? Também não ouvi. O único que ouvi é Bolsonaro, que falou que a gente deveria comer uma vez por dia, e ir no banheiro um dia sim, um dia não. Isso é uma política pública. Deveríamos copiar, né? Obrigado, é só isso.

[01:45:49]

[01:45:52]



Evandro Evangelista: muito obrigado. Componentes, por gentileza, as respostas...

[01:45:56]

[01:45:58]

Celise de Oliveira Romanini: olha, a gente fez uma divisão aqui, por ser diversos assuntos, tá bom? Então a gente vai tá passando aqui para o secretário referente ao serviço de acúmulo de lixo acúmulo, acúmulo de resíduos a custo, que foi apresentado ali pela Fernanda, vamos passar para Aninha do USP Recícла, que ela vai falar da falta de educação ambiental e a gente gostaria de uma complementação da Bete, porque ela sempre nos auxiliou em todos os assuntos de educação ambiental, então Bete, você se sinta à vontade aí para estar complementando e a questão do senhor Pedro, né, a gente vai passar aqui a primeira parte para a professora Adriana, referente aos demais catadores que não são organizados, os informais, existem já trabalhos sendo realizados e tem também diretriz no plano de resíduos e quanto as políticas públicas de educação ambiental acho que é a Aninha e a Bete é que conseguem entrar respondendo. Então, primeiramente aqui, vou passar para o secretário Menten, para falar sobre a questão de acúmulo de lixo, acúmulo de resíduo e o custo da parceria público-privada.

[01:47:08]

[01:47:12]

José Otávio Machado Menten: Fernanda, obrigado pela sua contribuição. Essa parte... referente a esse acúmulo, é um problema recente que apareceu aqui em Piracicaba e a partir de outubro, devido a esses problemas aí de gestão da empresa, mas como eu disse a nossa parte nós estamos fazendo e

a empresa vem sendo notificada, tanto pela prefeitura como pela Ares, e inclusive multada, recentemente houve uma multa de 50 mil reais, a empresa Ambiental pelos problemas causados à população pela coleta irregular. Quanto, é uma oportunidade boa também da gente falar, essa parceria público-privada envolve não propriamente só a coleta de resíduos. Nisso aí tá envolvido todo o trabalho de varrição e todo o trabalho de coleta seletiva, além de toda a estrutura que foi montada no eco parque e seria importante, caso todos não conheçam, que visitem o nosso eco parque, onde tem a central de tratamento de resíduos, que é referência hoje, não só regional, mas do Brasil inteiro, né. Nós temos recebido visitas de inúmeras autoridades, gestores, professores, têm servido de local para recebimento de alunos, etc. Todo esse investimento é feito pela empresa e toda essa..., essas..., o que tem lá, já em termos de construção, de equipamentos, isso aí vai se reverter todo ao município de Piracicaba. Então todo o valor que é pago para a Ambiental, é para a manutenção do serviço e hoje ela tem quase 700 empregados de diferentes níveis, envolvendo as varredoras, todo o pessoal de motorista, de coletores, pessoal administrativo, operadores, e é uma obra de engenharia muito de altíssimo nível, né, com todas as células aonde é feita uma triagem e para as células só vai aquilo que é rejeito. Existem problemas tecnológicos, a empresa deveria estar gerando biogás, nós temos o processo de bio digestão deveria estar funcionando, estão havendo problemas, segundo a empresa, devido a mudança, a alteração nessa gravimetria na composição, mas, em contrapartida, a empresa está gerando, está produzindo, o combustível derivado dos resíduos, onde essa parte que poderia estar sendo utilizada na geração de biogás está sendo utilizada como combustível, substituindo combustível fóssil ou carvão, então também atendendo a sua..., os aspectos ambientais. Então, há necessidade, de fato, de superar esses problemas de atendimento à população, mas a empresa tem uma tecnologia de alto nível tal, que aí

reduz, extremamente, a quantidade de material que vai para o aterro fazendo, então com que atenda-se a uma vida de acordo com o contrato para ocupar esses aterros.

[01:50:49]

[01:51:01]

Celise de Oliveira Romanini: vamos passar agora para Ana, ela vai falar de educação ambiental e a Bete sintá-se à vontade para complementar.

[01:51:06]

[01:51:10]

Ana Maria Meira Dilelo: Acho que a Fernanda trás uma questão importante que é o processo de educação ambiental desenvolvido aqui no município. É, Fernanda eu acho que você tem razão, acho que é um grande descolamento, né, entre o que você tem de estrutura instalada no município, né, que é uma estrutura ótima, né, tecnológica, e aquilo que o cidadão faz, né, o que ele entende como seu papel. E não há tecnologia que suporte um processo sem a participação cidadã e isso a gente compreende que tem que estar dentro de um processo de educação ambiental. Tem sido uma preocupação, e foi uma preocupação, muito grande, né, do grupo envolvido e depois que veio a fazer parte dessa, da comissão de acompanhamento do PMGIRS, é um investimento nesse processo, então era de 1%, passou para 0,5% dos recursos investidos no processo de educação, então nós temos 99,5% investido em infraestrutura e serviço e 0,5% em educação ambiental. Ainda assim, somados esses anos todos de recurso, nós tivemos essa comissão, hoje o (GMEIA) que é que o grupo multidisciplinar de educação ambiental, ele faz a gestão desse recurso para investir na educação ambiental e nos projetos prioritários para a educação ambiental. E a comunidade também é ouvida nesse sentido, de dar sugestões sobre quais

processos são importantes para se fazer educação ambiental e nesse meio tempo foi muito moroso, né, nesse processo, por ser uma parceria público privada, em se descobrir os caminhos das pedras, né, para usar esse recurso. Então por muito tempo a gente ficou batendo cabeça, o próprio (GMEIA) junto com a SEDEMA e com a comissão, de como é que se usaria esse recurso e é por pouco tempo, né, faz pouco tempo que esse recurso, de fato, o processo como um todo, conseguiu ser desvendado para utilização, mas a gente sabe que ainda assim falta muito, o papel, né, hoje o (GMEIA) consegue elaborar esses editais para uso desses recursos, né, nós tivemos dois, anteriormente, processos educativos é 3, né, Bete? Um processo educativo feito nas regiões, depois o processo educativo feito, continuando esse primeiro, o processo educativo com as unidades de saúde, com formação de professores e uma pesquisa porta a porta, né, uma pesquisa não, é, teve as duas situações, a pesquisa e também uma conversa com o cidadão, porta a porta. Pois bem, nos parece que isso não foi suficiente, foi o início de um processo, mas não foi o suficiente para chamar a atenção aí da população, a gente sabe que um processo educativo, ele é permanente, tem que ser permanente, articulado, né e constante. Então nós temos o mesmo desafio que é o seu, é o nosso. Acho que é do NEIA, núcleo de educação ambiental, é desta comissão e é do (GMEIA), então nós queremos, sim, cidadãos comprometidos e aí vai uma força tarefa que a gente precisa fazer agora, com as licitações mais recentes, né, então acho que um trabalho importante vai ser, que a gente acredita que vai ser muito incisivo é termos educadores ambientais nos bairros, né, principalmente nos bairros que são mais desafiadores, de participação da população, onde a gente tem pontos viciados. Então a gente precisa de educadores, né, trabalhando, fazendo um trabalho constante nessas comunidades, né, e a questão da Educação Ambiental na verdade ela não tem como (associar) todos precisam passar por esse processo. Então esse desafio de criar

pertencimento, de fazer com que as pessoas compreendam a participação dela é o nosso desafio. Então, e a gente sabe que não é só informação, é criar, de fato, pertencimento nas pessoas para que elas compreendam o seu papel, da separação na fonte geradora e esse compromisso cidadão para que a gente consiga aí, né, com toda a estrutura que se tem e ter um índice de 8% da coleta seletiva do total de recicláveis sendo coletado é muito pouco pelo investimento, mas a gente precisa dessa contrapartida do cidadão e que ele entenda, sim, a sua responsabilidade. E a outra questão acho que é do Pedro, né, que ele traz das políticas de, da política pública de é para redução de resíduos. Isso também que a gente espera, só que para redução de resíduos muitas vezes não dependem só de ações do município elas precisam mais, a redução, né, acaba sendo sempre um desafio nos programas, nos PMGIRS, para educação ambiental, mas não é só para a educação ambiental, tem que haver política pública no nível Federal, no nível estadual, para que responsabilize também as empresas geradoras de resíduos a terem aí princípios, fundamentos e ações de redução desses resíduos. É claro que isso vem numa escala, o município também pode propor, mas não é suficiente em termos, né, Est..., tem que ter maior suporte para que a gente consiga implementar de fato, mas eu acho que o grande desafio para o município, né, quando a gente fala em termos gerais é educação ambiental e a gente precisa da participação de vocês que estão aqui da sociedade como um todo.

[01:56:46]

[01:56:50]

Célia: então, complementando a questão da redução de geração que ela não colocou. Realmente, as principais ações para redução de geração não estão nas mãos do município, do poder público municipal, elas estão nas mãos das empresas, das indústrias, do setor agroindustrial, que desenvolve os

produtos, que define as embalagens, que definem o tempo de vida desses produtos, a forma de descarte, a forma de manutenção. A gente observa tudo isso, mas, do ponto de vista de poder público municipal, muito pouco a gente consegue interferir, que foi o que a Ana colocou. São políticas que envolvem, principalmente, o governo federal e o governo Estadual. Nesse sentido, hoje, eu começo a ver alguma ação, que foi com a decisão de diretoria da CETESB, a 114, que trata da implementação do sistema de logística reversa para todas as empresas que operam no Estado de São Paulo, para todos os fabricantes no Estado de São Paulo. Ela já começou a ser implementada esse mês, ela foi aprovada dia 10 de..., 23 de outubro, e a partir do dia 23 de novembro ela começa a ser implementada para empresas com mais de 10 mil metros quadrados de área instalada e um ano depois para as demais empresas. A gente fala, bom, mas o que que tem a ver uma decisão de logística reversa com a redução de geração de resíduos? Tem a ver que, até hoje, as empresas pouco se responsabilizaram pelas decisões de desenvolvimento de produto. Elas tomam as decisões baseado em vida útil de prateleira. Tomam as decisões baseados em custo da embalagem, em sistema de transporte, mas não pensam, no final dessa cadeia, quem vai ter que arcar com os custos dos resíduos gerados por suas decisões, a partir do momento em que eu atribuo a responsabilidade ao fabricante pela destinação desses resíduos, ele vai pensar mil vezes quando tomar uma decisão. Porque ele vai ter que destinar, ele vai ser o responsável e ele vai pagar pela destinação. Então, a gente acredita que do mais que a contribuição para a reciclagem e etc., a gente vai ter uma grande contribuição para a redução do volume de resíduo gerado atualmente. Em função de mudanças no desenvolvimento do produto. Então esse é um ponto. Em relação à questão da redução da geração per capita no município, claro que a gente também estranha os dados, mas esses são os dados oficiais e disponíveis. A gente percebe no país, como um todo, os relatórios

da (BRELPA) tem mostrado que, o crescimento de geração per capita vem diminuindo ao longo do tempo, a taxa de crescimento, o volume gerado continua aumentando, mais muito menos do que aumentava há 10 anos atrás. Isso não é nenhum grande mérito de Educação Ambiental, de consciência, de nada disso, mas um reflexo da nossa situação econômica. A geração de resíduos está diretamente relacionada com a estabilidade econômica e com a renda da população, e a gente percebe em vários municípios, em estudos específicos, que a redução da geração tem diminuído. Aqui a gente vai precisar ainda observar por mais algum tempo o que efetivamente está acontecendo, se há uma redução efetiva ou se é reflexo, por exemplo, da qualidade do serviço de coleta prestado. Tudo isso tem que ser avaliado, mas um dado oficial mostrou essa redução. Em relação aos catadores individuais, a gente tem uma diretriz tratando disso, que é a diretriz número 6, promover a inclusão dos catadores autônomos nos programas de gerenciamento de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis no município. Temos consciência da ação desses catadores individuais, percebemos que nos últimos anos também eles voltaram fortemente as ruas, principalmente o pessoal do Reciclador Solidário tem percebido isso, muitas vezes passa e já passaram esses catadores anteriormente, já levaram a parte de resíduo que foi separado, ou selecionaram os condomínios, os lugares que tem um resíduo de melhor qualidade, eles passam antes e recolhem. Então a gente sabe que eles voltaram fortemente as ruas, eles estão atuando sem nenhuma regulamentação, mas nós não sabemos quantos são esses catadores, onde eles atuam efetivamente, quantos..., quais são suas características, nós não temos essas informações, então a diretriz número 6, ela prevê, como primeira meta, promover a participação desses catadores no gerenciamento, regulamentado pelo município, e como estratégias, né, como ações, primeiro realizar um diagnóstico para conhecer quem são, caracterizar esses trabalhadores, e como eles atuam dentro do

município. Não dá para estabelecer nenhuma política pública sem conhecer quem são, o que desejam, e como atuam. Não é uma política feita de baixo para cima, né, a gente tem que saber quem são. A gente tem experiência em vários municípios. Curitiba, por exemplo, mostrou que não adiantava querer organizar todos esses catadores em cooperativa. Não, agora só vai atuar de forma cooperada. Tem catadores que só querem atuar individualmente. Eles não se encaixam nesse modelo mais associativista de ação. E a gente precisa saber quantos são que tem esse perfil? Como nós vamos lidar com eles? Outros tem o sonho do emprego formal, ser contratado pela prefeitura, registrado e etc, né. A estrutura administrativa permite isso? É viável para o município esse tipo de ação? A gente tem que entender toda essa realidade, principalmente o desejo dessas pessoas, para poder pensar em como trabalhar com eles e não simplesmente tirar ideias da nossa cabeça e querer impor para que eles trabalhem de alguma forma regulamentada. Então partiremos do diagnóstico e a partir desse diagnóstico que envolve a secretaria de Desenvolvimento Social, a secretaria de trabalho, a secretaria de saúde e a própria Secretaria de governo de gestão para que a gente tenha como elaborar um plano real e viável.

[02:04:17]

[02:04:25]

M1: eu só gostaria de cumprimentar algumas informações é que a (Aninha) passou também, né, e até reforçar, obrigado (Aninha) algumas informações para Fernanda sobre, nós tivemos um termos de referência, elaborados pelo (GEMEIA), né, para fazer a orientação porta a porta sobre coleta seletiva e foi feita essa orientação em todos os bairros da área urbana do município.



Essa orientação, os resultados, né, de quantas casas estavam fechadas, quantas casas receberam atendimentos, estão num relatório dentro do site do (GEMEIA) no link transparência, daí tem lá todas as casas que estão fechadas, as que estavam fechadas receberam panfletos e o que acontece, né, Infelizmente essa parte de informação com panfletos, o panfleto às vezes é confundido com uma propaganda de supermercado, ou às vezes a propaganda de supermercado tem mais valor que um panfleto de orientação sobre a coleta seletiva, a pessoa pega e joga fora, não lê, né, então às vezes tem isso eu falo isso porque eu presenciei vários casos assim, tivemos um trabalho, né, que a Aninha falou de orientação junto a agentes de saúde, porque esses agentes estão na casa então a nossa dificuldade realmente são recursos humanos, então para isso a gente sempre busca trabalhar com lideranças, com grupos formadores, pessoas que estão chegando até outros grupos menores através de um processo de capilaridade, né, então vamos por essa linha. Também no site do (GEMEIA) nós temos esses relatórios finais principalmente desses três projetos contratados e agora, respondendo ao senhor Pedro, né, existem políticas públicas, sim, de educação ambiental. O plano Municipal de Educação Ambiental ele foi instituído em 2010, com a sua regulamentação em 2012, a partir deles se formou o grupo multidisciplinar de educação ambiental, que atua desde 2013 com educação ambiental em diversos níveis. É um espaço aberto a participação das pessoas em geral, então todas as reuniões acontecem as terceiras segundas-feiras do mês, às 14 horas, na Secretaria de Educação. Outros espaços como o CONDEMA também são espaços de contribuições para políticas públicas. O (GEMEIA) atualmente está no processo de elaboração do plano Municipal de Educação Ambiental do município e a parte de resíduos sólidos está ligado com o PMGIRS. Então os recursos todo o recurso da PPP do lixo esse 0,5% a gente não tira da nossa cabeça “ah, vamos contratar tal coisa...” não a gente segue as diretrizes que foram

estabelecidas no plano, então estão lá as diretrizes, o que a gente, o recurso vai ser utilizado em que? Nas diretrizes previstas a curto prazo, né, então a gente busca sempre as diretrizes do plano. Eu vou aqui, como (GEMEIA) como (NEIA) dificilmente a gente vai aprovar qualquer uso do recurso que não esteja dentro do PMGIRS. Então o espaço, esse espaço atual também, é um espaço de participação, a gente precisa muito da participação dos cidadãos e essa, vocês estarem aqui já é muito bom, infelizmente a gente não teve isso daqui lotado, né, então infelizmente a gente acha que o buraco é mais embaixo, é a gente, por que que as pessoas estão ainda no campo do individualismo? Porque que as pessoas querem tudo pronto? Porque elas não estão aqui ajudando a construir com a gente? Então eu acho que o buraco é além, né, é lá embaixo, que isso vem todo de um processo cultural também, do nosso país, enfim, tá bom?

[02:08:09]

[02:08:12]

Evandro Evangelista: é complementação ou exposição? 2 minutos, por gentileza.

[02:19:19]

[02:08:30]

Elizabete: meu nome é Elizabete, eu sou moradora na Rua Aracajú número 90, Parque Jupiá, e eu venho aqui como cidadã, acho que é interessante pensar assim, né, porque o que nos afeta enquanto cidadãos é a coleta do lixo, gente. A coleta de reciclados, a coleta do orgânico, como moradora, como mulher, dona de casa, é isso que nos afeta. O que que eu percebo? Mudou muito esse processo e mudou em que sentido? Nós temos uma empresa hoje que passa rapidamente, recolhe orgânico com reciclado junto, se tem, se não tem, não há um olhar atento sobre o que ele tá recolhendo.

Um problema, né, então assim eu já morava no Jupiá quando o pessoal da cooperativa passava lá e havia aquilo que vocês colocaram, havia essa construção de um vínculo, de uma proximidade com aquela pessoa que coleta o reciclado com a moradora, né, com a dona de casa que põe o lixo porque há uma relação, se constrói uma relação. Então mudou, que que nós sentimos? Mudou o período agora da coleta e sem informação nenhuma, as pessoas colocam reciclado, não é recolhido, outro dia a Ambiental passa recolhendo orgânico e leva tudo junto. Então o que que tá se construindo? Se deseduca. A cultura que você tinha de prestar atenção na entrega do material, deseduca, por que não respeita o horário, agora tá passando de madrugada e aí, ou seja, é um problema. Então assim de pensar..., então eu fiquei muito contente quando eu vi na diretriz, não sei, nos nos projetos, a melhoria, ou seja, o estímulo à formação das cooperativas. O processo de coleta para pensar nesse (todo o sistema) que é que é como sugestão e que, né, levar em consideração, não é, que a pessoa vai mexer com reciclado, que vai encaminhar, que vai comercializar, que essa, que este grupo também possa coletar, porque quando ela vai coletar ela vai ter um olhar cuidadoso, isso é orgânico, isso é reciclado, como que é isso? Então é uma sugestão e que bom que nas diretrizes há o estímulo do trabalho das cooperativas, uma vez que gera renda, sustento, não é, tem que ter esse esse olhar sistêmico, a outra questão, educação ambiental, concluindo, é o catador que faz. Formar o catador, ele que tá lá na relação com as donas de, né, com o pessoal. É ele que vai coletar, que ele tenha cursos educação ambiental para estimular essa cultura consciente da relação das pessoas com os reciclados, é assim e que bom que a gente conversa um pouco com as pessoas, mas estamos cá nós, né, preocupados, né, gente, com esse planetinha, né, com um mundo melhor, mais justo, renda, né, que sejam distribuídos, é nesse sentido essa sugestão.

[02:11:46]

[02:11:47]

Evandro Evangelista: obrigado pela contribuição. Próxima, por gentileza.

[02:11:49]

[02:11:52]

Kátia: boa noite a todas e todos, meu nome é Kátia (Col) eu estou aqui como moradores de Piracicaba, não nasci aqui, mas estou residindo e eu queria só fazer um pequeno comentário com relação ao foro da das audiências públicas, foi falado duas vezes, uma pena que as pessoas não participam, porque que que as pessoas não se implicam. Eu acredito, como cidadã que falta a prefeitura abrir mais as portas da casa para o povo, as portas estão fechadas, gente, fica aberta a porta da garagem, quem é o cidadão que vai se atrever a entrar pela porta da garagem com carro da polícia ali, não tendo carro estacionado? Vocês, vocês não estão convidando a população a participar das políticas públicas, decisões, vocês não estão... a forma que tá sendo apresentada por... isso aqui parece uma cadeia, não é um lugar de convite, aqui a população nem entrou, entrem, vocês são bem-vindos, não tem iluminação ali na frente, tudo escuro, não tem um cartaz com a programação do que vai acontecer para que as pessoas... “ah, olha”, estamos passeando pelo parque... “vai ter essa audiência, ela vai falar sobre.. Vamos lá”, “olha a prefeitura está nos convidando a entrar a participar” as pessoas não se sentem parte das decisões e falta essa acredita, essa política pública para abrir mais a porta da prefeitura para que as pessoas que vivem e contribuem com esse PIB tão maravilhoso da cidade realmente se sintam fazendo parte da decisão que não são para contribuir com seu dinheiro mas sentir que existe realmente uma Prefeitura com as portas abertas, não só a prefeitura e, como também, a câmara Municipal, de portas abertas para a população e ouvir quem realmente, muito interessante a fala da companheira Bete, porque as

peessoas que realmente estão tendo esse feedback com a, com a população, com as pessoas que entregam resíduos, são as catadoras. Eu acredito que deveria ser vista de uma forma mais humanitária, aqui eu vi muito uma enaltecer a a figura da empresa como chama a empresa? Ambiental, né? De uma forma como, tudo..., claro que o trabalho deles está sendo importante agora. Quem sabe talvez também é..., fomentar mais o trabalho das catadores, ainda mais com o nível de desemprego, gente. Foi falado também “ah, a população diminuiu”, claro, o povo não faz mais filho, o povo não come, gente, “ah, quem são os catadores, vamos fazer um resultado”, a gente, vai ser fácil, vocês vão encontrar vários engenheiros psicólogos, médicos, desempregados, trabalhando, reciclando, porque os que tem carro ainda fazem Uber, o que pode pagar um aluguel de uma localiza...

[02:14:40]

[02:14:40]

Evandro Evangelista: concluindo, por gentileza.

[02:14:41]

[02:14:41]

Kátia:...ou que pode pagar um fiador, então o que eu queria concluir é que eu acho que toda a exposição foi bastante assim técnica, mas pouco humanitária, com relação a isso e se vocês querem a casa cheia, abram as portas da prefeitura, coloca iluminação, coloque a programação bem chamativa “olha, gente, vamos falar sobre isso queremos sua participação”, com certeza o senhor vai ter essa casa cheia. Muito obrigada.

[02:15:02]

[02:15:03]

Evandro Evangelista: mias alguma participação?

[02:15:10]

[02:15:27]

Larissa: boa noite meu nome é Larissa, eu sou de Ibaté, eu faço parte da reciclador solidário, sou técnica, não só aqui, mas como outras cidades da região e eu só quero complementar as outras questões abordadas sobre a coleta seletiva, que conforme a Adriana falou, né, se tava de acordo, se tava correspondendo, não, não está. Queremos discutir a coleta seletiva por catador, senão a gente vai deixar..., eles, né, vão deixar de ser catador, vão começar a ser triador, né, e não catador. Então por favor coloca em pauta para a gente discutir. Só isso. Ah, é, porque o reciclador solidário ele tem uma gestão muito boa e ela faz toda... o controle, tanto quanto o dia entrada da cooperativa e a gente fez de novembro e deu 120 toneladas e não 300 como haviam falado ou como falam, né, que que existe essa quantidade indo para coleta, a cooperativa já chegou a triar 200 toneladas, então para coletar 120 é uma diferença muito grande, por isso mais uma vez... e a gente tem argumentos o suficientes, aqui não é o momento, mas a gente tem argumentos suficientes para ser discutido isso. Bom, obrigado.

[02:16:42]

[02:16:47]

Evandro Evangelista: mais alguma participação? Encerramos essa fase e passamos as considerações, respostas e esclarecimentos da mesa.

[02:16:58]

[02:17:04]

Celise de Oliveira Romanni: nós vamos estar respondendo aqui quanto à questão da Elizabeth sobre a coleta de lixo, coleta reciclável e a coleta pela cooperativa, (intin) falando um pouquinho e a educação ambiental que você

também ressaltou acho que a Ana, ou a Bete pode estar complementando. A Kátia sobre a falta de presença de pessoas na Audiência Pública, realmente você tem razão, tá muito escuro aqui, faltou faixa, realmente, faltou isso, nós divulgamos pelos meios que a gente costuma divulgar, mas isso talvez não esteja funcionando para ter a casa cheia, como você falou, então vai tá sendo levado sim em consideração, tá bom? Cartazes com certeza porque atualmente as pessoas querem investir muito na mídia eletrônica, o WhatsApp, e não atinge todo o público nós sabemos disso, né, então vamos novamente rever aí os nossos meios de comunicação e dar uma melhoria, eu acho que vale a pena tudo que você nos disse. Obrigada pela contribuição. E a Larissa, de Ibaté tá falando um pouquinho da, da... como caiu a coleta seletiva, é a questão da coleta seletiva e isso também tem haver um pouco com a questão dos informais, toda vez que aumenta catador na rua diminui um pouco o material reciclável, mas não é só isso, né, nós tivemos aí um problema que já foi respondido aqui pelo secretário Menten e ele vai responder novamente aí, caso necessário. Então a gente vai começar aqui com o secretário Menten, falando da coleta, novamente da coleta de lixo, coleta reciclável e da queda um pouquinho do material de coleta seletiva.

[02:18:37]

[02:18:39]

José Otávio Machado Menten: só para...pontuar um aspecto fundamental, a separação do lixo começa dentro da casa ,né, cada morador tem que separar pelo menos o que é o lixo úmido do lixo seco e colocar nos horários adequados, por que a coleta é feita por equipamentos diferentes, né, o lixo domiciliar são os caminhões compactadores e a coleta seletiva é feito por uma outra equipe totalmente diferente, nós sabemos que existe uma ampla

distribuição dos dias que essas coletas são feitas, devido a esses problemas operacionais nesses últimos meses realmente houve, não foi foram cumpridas, a empresa teve que criar três turnos de coleta, etc., mas nós esperamos que com a retomada da normalização do trabalho, esses horários de coleta separada sejam mantidos, quer dizer, o mais é o importante, não há razão para que o coletor ele misture as coisas porque são em horários diferentes e são pessoas diferentes que fazem a coleta daquilo que vai para a CTR e daquilo que vai para a cooperativa do reciclador solidário.

[02:19:57]

[02:20:00]

Celise de Oliveira Romanini: Bete, eu tava conversando aqui com a Ana e a gente pensou se você queria falar um pouquinho do trabalho que foi feito com os catadores de educação ambiental, se você quer que fale por aqui, você teve uma participação na época do porta a porta, né?

[02:20:12]

[02:20:16]

Evandro Evangelista: microfone, por gentileza.

[02:20:19]

[02:20:19]

Celise de Oliveira Romanini: não, não, o mais recente, o porta-a-porta que foi feito com o pessoal da cooperativa, né? Tá.

[02:20:25]

[02:20:27]

Evandro Evangelista: microfone por gentileza.



[02:20:29]

[02:20:43]

M1: bom, resgatando aqui pela memória, né, a gente teve realmente, assim, quando nós tivemos o..., tivemos várias fases , né, de trabalho da cooperativa fazendo porta-a-porta, né, isso desde 1900, acho que 2004 mais ou menos 2005, por aí, quando criou a cooperativa em 2001, também tínhamos outro cenário aqui no município, né, a gente não tinha essa esse tamanho de população, né, e a gente tinha alguns bairros nessa linha, acho que era isso, São Dimas, Centro, os bairros mais antigos que realmente criou-se uma certa relação de catador, né. Uma das coisas que a gente depois a gente voltou a fazer os porta portas da vida, nós do (NEA) e o pessoal da cooperativa com apoio da (Avipec), né, que veio um caminhão e isso já recentemente, uma das coisas que a gente ouviu bastante foi a importância do catador, do morador saber que a coleta seletiva estava chegando no bairro, que era uma coisa que se utilizava, né, que era o som no caminhão, só que depois de um tempo também muita gente das população começou a reclamar da música, né, que a música enjoativa, né, então eu acho que algumas coisas do passado poderiam ser resgatadas, sim, no sistema de coleta seletiva, né, já não sei se o tamanho da nossa cidade aumentou muito, então se essa relação, será que a gente teria suficientemente catadores para cidade toda? Eu fico na dúvida, tá? Não é uma questão, eu só tô colocando aqui, mas uma questão também que a gente precisa levar em consideração para educação ambiental, a educação ambiental é muito sensível a qualquer mudança, infelizmente a gente sentiu, né, recentemente, essa desde outubro, nós também recebemos muitas ligações diariamente, assim como lá na SEDEMA, né, de reclamação, e nós sentimos em alguns programas de educação ambiental que a gente desenvolveu, a gente ouviu falar eu não vou separar mais

porque tá tendo falhas, então ela é muito sensível a mudanças, mesmo quando há mudanças de horário a gente pensa muito bem, né, faz muito tempo que a gente não muda o dia e horário de coleta, da coleta seletiva, né, porque ela é sensível a qualquer mudança a gente fez um trabalho de orientação porta a porta por diversos momentos desde a criação da cooperativa, com diversos atores diferentes e sempre aconteceu isso, na época da cooperativa também tivemos falhas, a gente também passava o óleo de peroba na cara chegava para o morador, vamos separar novamente material reciclável, né, então essa outra coisa que tá interferindo muito é o catador de informal, na coleta seletiva, então o morador ele não sabe quando o catador ambiental que vai levar o material para cooperativa ou se é o catador informal que tá coletando, e aí para o catador informal, quando a gente faz um trabalho de educação envolvendo agentes comunitários de saúde, principalmente, a gente tenta mais possível conversar com eles para que eles também possam trabalhar isso com os seus públicos, que um catador informal, dependendo aonde ele está armazenando esse material ele vai trazer problema de saúde pública, né, Sem contar que existem os catadores informais seletivos, eles pegam o lixo todo separam o que ele quer e joga o resto no terreno baldio, né, todos esses processos precisam de uma atuação, né, do município, mas você tem que pegar o cara fazendo, né, então aonde ele tá armazenando você não pode multá-lo por tá recolhendo o material na rua, mas você pode autuá-lo por estar armazenado de forma, em local incorreto, né, mas para isso a gente precisa de fiscais suficientes, não temos, a gente precisa da ajuda da população “do lado da minha casa aqui tem um quintal que tá acumulando” fora os acumuladores também, né, que a gente tem muito problema, então são vários pontos que são, acabam afetando todo o processo de confiança do morador, né, e o serviço de coleta. Não sei se você quer complementar alguma coisa, Aninha.

[02:25:13]

[02:25:17]

Ana Maria Meira Dilelo: acho que é só para deixar claro que eu acho que muitas questões aqui foram voltadas ao serviço de coleta de resíduo, da coleta seletiva e do resíduo domiciliar, do que que seriam os rejeitos, né, é pela empresa prestadora de serviço que é PPP do lixo acho que tem que ficar claro aqui que a comissão não representa, né, comissão de acompanhamento do plano Municipal de gestão integrada, que elaborou e que tem acompanhado o plano, ela não representa o serviço de coleta contratado pela prefeitura, mas o que a gente compreende, o que a gente tem vivenciado, é que a opção tecnológica pelo modelo desenvolvido, né, aqui no município, sem dúvida, a qualidade do serviço e o modelo afeta diretamente os resultados e esse processo contribui para muitas vezes, não é, para trazer um processo aí de deseducação, de desconstrução, também acho que isso tem que ter que, acho, que, como cidadão, falando como cidadã e como cidadãos, aqui nós temos sim que tá atento e cobrar a Prefeitura Municipal, né, por um serviço que é caro e tem que ser ofertado com muita qualidade, então acho que cabe sim, né, ação do município, do secretário, para que a gente tenha mecanismos, né, de, da cobrança de um serviço de maior qualidade e nos é muito cara aqui também, falta muito aqui também, a presença da agência reguladora, né, que foi chamada e que infelizmente não está aqui, que é a Aris, né, que é agência que trabalha na fiscalização, ela foi convocada e não está, então é também é uma obrigação legal dessa empresa prestadora que devia estar aqui, então que fique claro que a gente tá aqui como comissão, faz um trabalho gratuito voluntário por amor ao município e por que nos sentimos responsáveis pelo acúmulo de conhecimento que nós temos, de contribuir com essa causa, mas que a gente observa, sim, tudo isso que tá acontecendo.

[02:27:32]

[02:35:12]

M1: Então, só complementando as colocações...

[02:27:37]

Evandro Evangelista: desculpa, só para que nós temos 4 minutos para o término desta audiência.

[02:27:42]

[02:27:43]

M1: Completando aqui as colocações da Ana, a gente não veio aqui para enaltecer o serviço da Ambiental, de maneira nenhuma., pelo contrário, nós temos vários questionamentos em relação à forma como está sendo gerenciado o serviço de coleta e esse modelo tecnológico que inicialmente deveria priorizar compostagem, e isso levaria a um resultado completamente diferente do que temos hoje, porque para fazer a compostagem eles teriam que fazer uma separação perfeita entre compostáveis e não compostáveis, recicláveis e etc e hoje o modelo adotado é o de CDR a geração de energia quanto mais material plástico e etc eu tenho no meio desse resíduo, maior poder calorífico e maior é o valor do meu produto no mercado. Lógico que nós temos atenção para isso, lógico que a gente tá observando o que tá acontecendo essa mudança no modelo tecnológico e que vai trazer mudanças no sistema de coleta e limpeza pública no município e a gente tem que ficar atento e tem que propor a cada revisão e durante a implementação do plano também ações para conduzir para o melhor caminho possível. E o ponto, onde está a ARES-PCJ, se eu tenho uma agência que foi criada para monitorar esse contrato de parceria público-privada que deveria monitorar a qualidade do

serviço prestado, onde eles estão, eles são remunerados para isso e não apresentam resultados adequados para sociedade de Piracicaba, é isso.

[02:29:40]

[02:29:47]

Evandro Evangelista: considerações finais, só um minuto por gentileza, já passo a palavra, Célia e a complementar.

[02:29:58]

[02:30:05]

Celise de Oliveira Romanini: bom, eu gostaria de agradecer aqui, né, a toda a presença, a contribuição, todo mundo que se manifestou, é, tudo está sendo gravado, é lógico nós vamos tá levando isso para comissão geral, nós vamos estar trabalhando tudo que vocês apresentara, aqui, acredito que muito a gente já conseguiu responder aqui na mesa e agora eu vou passar a palavra para o secretário para fazer a finalização,

[02:30:30]

[02:30:32]

Evandro Evangelista: só antes podemos conceder um minuto? Por gentileza, Célia.

[02:30:17]

[02:30:56]

Célia: viu, é rapidinho, só queria deixar, um desejo, na verdade, da coleta seletiva (catador) que a gente pudesse fazer uma discussão, para fazer bem feito, que a gente começasse com 10 bairros, com os bairros centrais da cidade, lógico que não temos pernas para fazer a cidade, 100% do município, isso nem a Ambiental está tendo, então eu acho que se a gente tiver um debate, numa conversa em que a gente faça um trabalho bem feito

em 10 bairros, 12 bairros e, gradativamente, aos poucos ir aumentando e fazendo com qualidade, é uma experiência que a gente pode recuar se falar, não virou, não deu certo, o catador não tem mais aquela..., entendeu? Aquela...gabarito ou conhecimento para fazer, mas é essa experiência que a gente gostaria de mostrar para a população e para o município.

[02:32:04]

[02:32:11]

José Otávio Machado Menten: bem, em primeiro lugar agradecer todas as sugestões que vocês apresentaram, agradecer novamente a comissão de resíduos para que, pelo serviço executado e vai ter muito serviço ainda por, para sistematizar essas sugestões e certamente muitas outras sugestões estão chegando no nosso site e nós temos até o final de fevereiro para encaminhar todas as sugestões, mas é importante a gente reconhecer que em muitos municípios do Brasil ainda existem lixões e na maior parte dos municípios ainda existem aterros sanitários e nós aqui temos um aterro de rejeito, então nós somos privilegiados graças a atuação de uma sociedade que cobra do poder público a sua parte, então é essa a..o reconhecimento que nós já estamos numa situação muito boa, mas temos que melhorar e melhoramos através dessas críticas, nós entendemos todas essas críticas como sendo críticas construtivas que vão contribuir para o aprimoramento, então fica aqui o nosso reconhecimento da presença de vocês, que poderiam estar assistindo novela e vieram aqui para nos ajudar a construir uma política pública de qualidade e agradecer também ao Evandro, que durante todo esse tempo aí fez uma condução sempre, como sempre, com muita classe, permitindo a participação de todos. Então obrigado por tudo a todos vocês, obrigado pelas contribuições e esperamos que vocês continuem acompanhando o trabalho para nos ajudar acertar cada vez mais. Muito obrigado a todos

[02:34:06]

TÉRMINO